PÁGINA 22
INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO
FGV GVces
NÚMERO 65
JULHO 2012

PÓS RIO+20
Governança global: ou a construímos juntos, ou será dada





O SANTANDER ASSUMIU O COMPROMISSO DE FAZER NEGÓCIOS E GERAR IDEIAS PARA UMA SOCIEDADE MAIS SUSTENTÁVEL. POR ISSO, PARTICIPOU DA RIO+20.

O Santander participou da Rio+20 porque assumiu há tempos um compromisso com a sustentabilidade. E um banco sustentável cresce mais em uma sociedade e economia que seguem os mesmos princípios. Por isso, patrocinamos fóruns para a discussão de novas ideias e apoiamos projetos como o do ônibus movido a hidrogênio, que poderá contribuir para uma mobilidade urbana mais sustentável no futuro. Para que, cada vez mais, possamos fazer negócios que tragam bons resultados para todos: banco, sociedade e planeta.

Saiba mais sobre as ações do banco e como elas podem contribuir com sua vida e seus negócios em santander.com.br/sustentabilidade

Santander e Rio+20. Juntos, fazendo uma sociedade mais sustentável acontecer.

Central de Atendimento Santander: 4004-3535
SAC: 0800-762-7777 | Ouvidoria: 0800-726-0322

Santander

Valorizando Ideias por uma Vida Melhor

www.santander.com.br

[EDITORIAL]

A Rio+20 **não acabou**

Na verdade, este é o início da transição entre o velho e o novo modelo. Seja de produção, seja de consumo, seja de governança. Guimarães Rosa mal podia imaginar que um fragmento de seu *Grande Sertão: Veredas* ilustraria tão bem tudo isso, na entrada do espaço Humanidade, montado no Forte de Copacabana: "O real não está na saída nem na chegada. Ele se dispõe para a gente é no meio da travessia".

Nessa travessia, reafirma-se mais uma vez a limitação dos processos formais da ONU na governança global, jogando a bola para a sociedade civil – que, vale lembrar, inclui as empresas, e a cada dia demanda oportunidades de participação e de decisão, de forma mais democrática. Esse movimento, que corre o mundo e questiona o atual *establishment*, não podia deixar de se manifestar em um encontro como o da Rio+20. Tecer outros formatos de governança com tantos e variados atores é um dos maiores desafios na transição para uma nova economia.

Olhando bem o resultado do documento *O Futuro Que Queremos*, a lista de iniciativas voluntárias que surgiram no espaço autônomo, e as transformações que mal ou bem estão em curso no dia a dia, o tom deve ser de entusiasmo com o grande trabalho que todos temos pela frente.

A partir disso, organizamos as reportagens desta edição em uma estrutura que é válida tanto para a esfera global como a local. Existe um *espaço de articulação* ou governança dos diversos atores com diferentes graus de participação e de poder decisório. Esse espaço define a *agenda* da economia verde e inclusiva, a ser implementada pelos governos e a sociedade civil. Essa agenda, por sua vez, depende de recursos e fundos para se viabilizar, captados via *instrumentos financeiros e econômicos*, e seu desenvolvimento é medido pelas *ferramentas de monitoramento*.

Todo esse material jornalístico vem acompanhado de fotografias do Imagens do Povo, produzidas por meio do projeto Outros Olhares – parceria entre Observatório de Favelas, Página22 e Instituto Democracia e Sustentabilidade. Um olhar local do global que, se para alguns parte de um ponto que parece periférico, na realidade está no cerne de tudo o que o desenvolvimento sustentável se propõe a discutir. Boa leitura!

PAGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury
FGV GVces Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP

COORDENADOR Mario Monzoni
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato
JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini

EDITORA Amália Safatle
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS Leticia Freire
REPÓRTER Thaís Herrero
EDIÇÃO DE ARTE Vendo Editorial
Dora Dias (edição), Daniella Campos (diagramação)
www.vendoeditorial.com.br
ILUSTRAÇÕES Sírio Braz (seções)
REVISOR José Genulino Moura Ribeiro
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Ana Cristina d'Angelo, Aron Belinky, Eduardo Shor, Fábio Rodrigues, Fabio Storino, Flavia Pardini, João Paulo R. Capobianco, Juliana Arini, Gisele Neuls, José Alberto Gonçalves Pereira (edição das reportagens), Magali Cabral, Ricardo Abramovay, Regina Scharf, Roberto S. Waack
FOTOS Imagens do Povo
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE
(11) 4303-8741
TUPINÁ COMUNICAÇÃO LTDA.
COORDENAÇÃO Júnior Tupiná
celular (11) 8202 4825
juniortupina@tupinacomunicacao.com.br
ASSISTÊNCIA COMERCIAL
Rosana Mendes
rosana@tupinacomunicacao.com.br

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22
CONSELHO EDITORIAL
Aerton Paiva, Alexandra Reschke, Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky, Eduardo Rombauer, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi, Ricardo Guimarães, Roberto S. Waack
IMPRESSÃO Vox Editora Ltda.
DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares
Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de **Página22** e do GVces.

APOIO

Instituto Democracia e Sustentabilidade

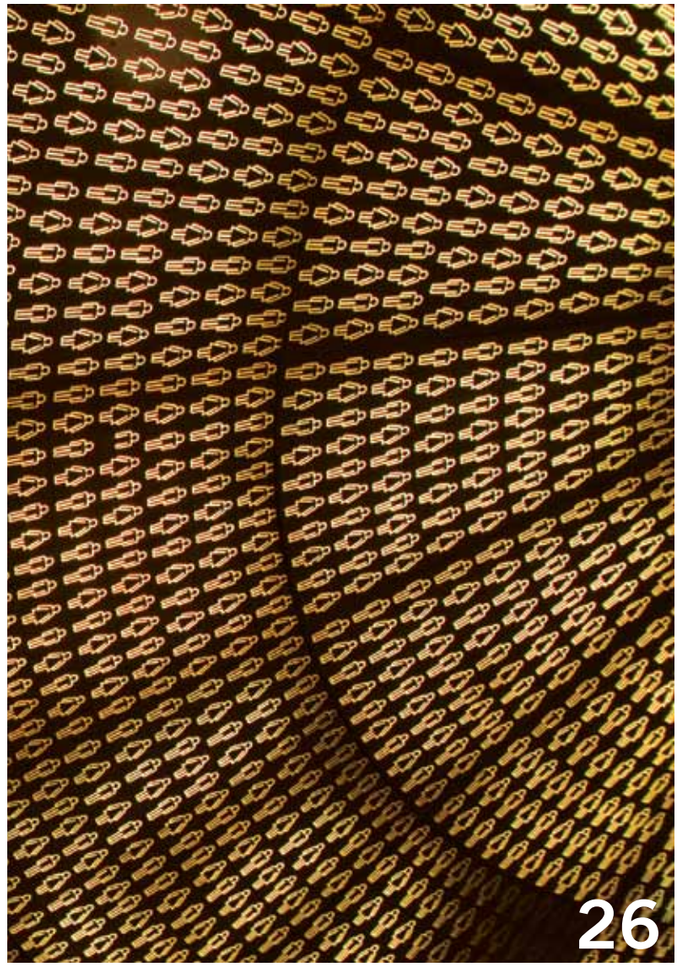
FSC MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C044008

A REVISTA **PAGINA 22** FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS E OUTRAS FONTES CONTROLADAS.

creative commons

PÁGINA 22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADERIU À LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO – EXCETO IMAGENS – DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.

[ÍNDICE]



14 ENTREVISTA Tim Jackson, em busca de um sentido humano e social para a economia

20 PÓS RIO+20 Reafirmadas as limitações do processo da ONU, a bola está com a sociedade civil. Como fazer e bancar a transição é a agenda do dia

26 ARTICULAÇÃO O Pnuma sai mais forte, mas ainda fica em aberto a maior participação da sociedade civil nas tomadas de decisão

32 AGENDA A ilegalidade põe a pique o mercado da madeira tropical sustentável no Brasil

38 INSTRUMENTOS O Fundo Clima usará dinheiro do petróleo para financiar negócios verdes

46 MONITORAMENTO A declaração final adota os ODS, mas a definição de temas, metas, indicadores e prazos fica para 2014

Seções



06 Notas
10 Web
11 Página Cultural
12 Economia Verde
19 Opinião
25 Crônica
31 Estalo
36 Artigo
37 Coluna
45 Radar
49 Análise
50 Última

CAPA Foto: Davi Marcos / Imagens do Povo

SAIBA QUEM É A ATIVISTA FLAGRADA NESTA CAPA. LEIA ENTREVISTA EM FGV.BR/CES/PAGINA22

Caixa de **entrada** Comentários de leitores recebidos por email, redes sociais e no site de **Página22**

INBOX

[Edição Especial Rio+20 – ed. 64] *Só agora estou conseguindo ler, na verdade estou devorando, a* Página22 *de junho, que peguei na tenda socioambiental da FBOMS no Aterro do Flamengo. Está fantástica. Edição histórica.*
Roberto Villar Belmonte

[Boa vizinhança – ed. 64] *Adorei a ideia. Habito um condomínio com 11 torres que abrigam 650 unidades. Mostrei hoje mesmo para os nossos síndicos sugerindo a participação de todos.*
Fabiano Facó

[Dias de luta – ed. 64] *Pedro, parabéns pelas palavras conscientes e pelo pensamento integrado que contribui para a mudança do paradigma de que tanto precisamos.* **Cássia Regina**

Muito boa entrevista. Dialógica, crítica e provocativa. Defendo posições críticas, porém nunca sectárias de direita ou de esquerda, como dizia Paulo Freire. Sem diálogo não superaremos as dificuldades do/no planeta. A discussão deve ir para além de sermos a favor ou contra a economia verde. Por isso mesmo, não podemos nos limitar ou gastar tanta energia na crítica ou no elogio a ela, que é a ponta do iceberg, não o iceberg inteiro. Se a discussão é complexa, precisamos ter visão de totalidade no debate e apresentar propostas concretas para que as mudanças se operem. **Paulo Roberto Padilha**



LÁ EM CASA – QUEM FAZ Página22
Leticia Freire, Relações Institucionais

Leticia prefere o ponto fora da curva e os espaços abertos, onde o contato humano soa real. Na escola era contestadora e reclamona. Crescida, foi atrás de seus próprios interesses e paixões, como a fotografia. Colocando as imagens em prol dos direitos humanos e da justiça social, produziu sua primeira fotorreportagem em Honduras, sobre produtores de café de comércio justo. Entre muitas jornadas "antrofotopofágicas", descobriu o chamado *não lugar* e decidiu desvendá-lo em seu mestrado em filosofia moderna.

[NOTAS]

PÁGINA22 EM *TABLET* E *SMARTPHONE*
Todo o conteúdo da revista impressa e do site já pode ser lido por meio de *tablets* e *smartphones*. Confira a nossa versão *mobile* em fgv.br/ces/pagina22.

[BAIXO CARBONO I]

Propostas para a **transição econômica**

A ausência de compromissos financeiros na declaração oficial da Rio+20 para custear a transição para uma economia de baixo carbono não quer dizer que o tema também tenha sido ignorado durante a Conferência. Ao contrário, o assunto foi amplamente debatido e, entre as propostas que ganharam destaque, estão as do FMI e da OCDE. O vice-diretor-gerente do FMI, Min Zhu, fez as contas e disse que, se todos os países-membros da OCDE cobrarem US$ 0,25 por tonelada emitida de carbono, serão arrecadados US$ 250 bilhões ao ano. Complementou que, se o empecilho for a crise econômica que atinge a União Europeia, esses recursos poderão ser utilizados para ajudar os países mais endividados. Já o secretário-geral da OCDE, José Angel, atacou a concessão de subsídios para combustíveis fósseis. Para ele, os subsídios alimentam o pior vilão da atualidade, o carbono.

Outra fonte de recursos para a proteção ambiental poderá vir da cobrança de uma taxa sobre transações financeiras. O modelo foi defendido pelo presidente francês, François Hollande. Ele disse que a França continua firme no propósito de estabelecer essa medida, sugerida, aliás, por seu antecessor, Nicolas Sarkozy. A novidade é que Hollande quer destinar parte da receita para iniciativas de conservação ambiental. Oficialmente, o tema do financiamento só não passou totalmente em branco porque o parágrafo 258 da declaração final reforçou a urgência para que os países desenvolvidos membros da OCDE cumpram um compromisso assumido em 2005: o de elevar, até 2015, para 0,7% do Produto Nacional Bruto (PNB) as contribuições à Official Development Aid (ODA), iniciativa global de transferência de recursos para países com baixa renda *per capita*. O documento frisou também que os países doadores devem evitar a imposição de condicionantes ao fazerem os aportes (*mais sobre o assunto em reportagem à pág. 38*). – **POR MAGALI CABRAL**



FRANCISCO VALDEAN / IMAGENS DO POVO

[BAIXO CARBONO II]

MERCADO DE COMBUSTÍVEL

Trocar a gasolina pelo álcool tornou-se uma das ações que podem fazer parte do mercado de carbono. A Ecofrotas, com o apoio da consultoria Waycarbon, desenvolveu uma metodologia para tratar da geração de créditos de carbono em razão da escolha de combustível de matriz renovável.

A iniciativa é pioneira no país e foi aprovada em junho pela Verified Carbon Standard (VCS). Empresas que têm frotas de automóveis e caminhões já podem usufruir do serviço. O crédito obtido pelas empresas pode ser usado para compensar emissões de outras áreas poluidoras. Companhias que possuem veículos movidos a álcool podem compensar as emissões de caminhões que usam diesel, por exemplo. "Será muito significativo para multinacionais com metas de redução de emissões em determinados países", afirma Amanda Kardosh, gerente de relacionamento em sustentabilidade da Ecofrotas.

Segundo Rodrigo Somogyi, gerente de inovação e sustentabilidade da Ecofrotas, o projeto é totalmente aplicável à realidade brasileira, principalmente considerando a produção do biocombustível e a expressiva representatividade da frota de veículos flex. – **POR THAÍS HERRERO**



DAVI MARCOS / IMAGENS DO POVO

[RANKING]

OS CARROS BEM NA FITA

No relatório anual das "melhores marcas verdes", que a consultoria Interbrand publica pela segunda vez, uma surpresa para quem vê nos carros símbolos da insustentabilidade urbana. Entre as dez primeiras colocadas, quatro são do setor, inclusive o primeiro lugar, que ficou com a Toyota, como em 2011. A Honda ficou em terceiro lugar, a Volkswagen, em quarto, e a BMW, em décimo. Outras quatro estão na lista até o número 50.

A razão do destaque do setor automobilístico, segundo a Interbrand, é o investimento em eficiência energética e a redução da emissão de carbono. As indústrias de veículos teriam ganhado competitividade ao lançar muitos modelos de abastecimento alternativo, como os elétricos e os híbridos – o que não resolve, vale lembrar, a problemática da mobilidade e apropriação do espaço público das cidades pelo transporte individual.

No caso da Toyota, o relatório do ranking destacou a expansão do modelo Prius, o primeiro da marca e responsável pela sua imagem de "verde". Este ano, a empresa também contabilizou uma produção de resíduos perto do zero em suas plantas de montagem americanas, além de ter erguido prédios com a certificação Leed.

Para formar a lista, a Interbrand considera a performance da empresa, a divulgação e a percepção dos consumidores. Também foi destaque o desempenho do setor de tecnologia, com grande representatividade na lista. A Hewlett-Packard, Panasonic, Dell e Siemens estão entre os top 10. Acesse a lista completa em interbrand.com. **(TH)**

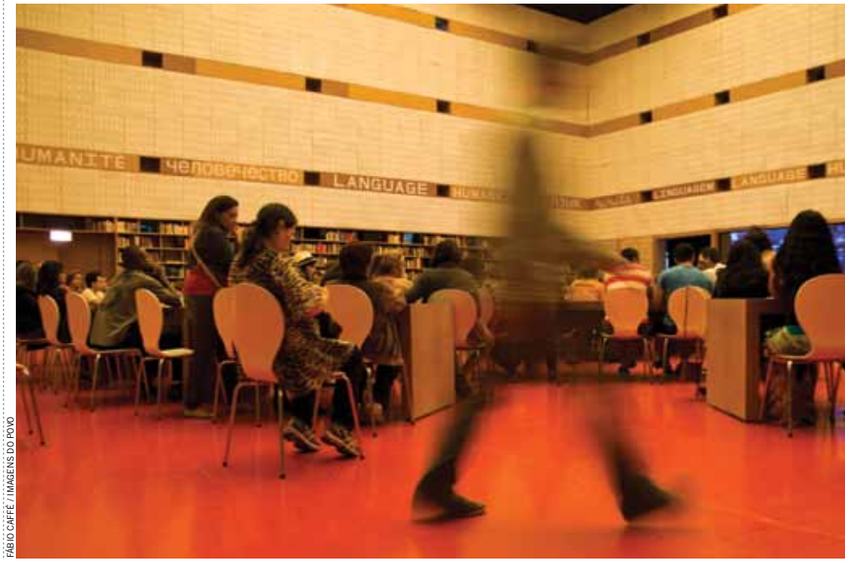
[EDUCAÇÃO]

A SUSTENTABILIDADE VAI À FACULDADE

O tema da sustentabilidade será incluído na grade de disciplinas do Ensino Superior brasileiro, segundo um dos compromissos voluntários assinados por instituições de ensino. A medida faz parte das Diretrizes Curriculares de Educação Ambiental, anunciadas em junho durante a Rio+20.

O diretor de integração acadêmica da Fundação Getulio Vargas, Antonio Freitas, presidiu a comissão que redigiu o parecer. Em evento de divulgação, afirmou que não faz sentido ensinar finanças sem incluir ética ou meio ambiente nas questões. "Educação Superior é o começo, mas tem de ser em todas as séries. Incentivo a todos que façam ações. Não é só compromisso financeiro, precisamos de comprometimento dos governos", disse.

O tema também aparece na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Segundo o texto, os currículos obrigatórios do Ensino Fundamental e Médio devem desenvolver a compreensão integrada dos princípios da proteção e defesa civil e da educação ambiental, além de estimular a consciência política dos estudantes. **(TH)**



FÁBIO CAFFÉ / IMAGENS DO POVO

[NOTAS]

[ECONOMIA VERDE]

PESQUISA CAPTA PERCEPÇÕES

Como deve se desenrolar a transição da economia tradicional para a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, conforme a proposta da Rio+20? Essa é uma questão tão desafiadora que, antes de tentar respondê-la, o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE) – entidade sem fins lucrativos que mantém um contrato com a União supervisionado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – decidiu reunir dados por meio de uma consulta, sem preocupação amostral, às populações brasileira, francesa e sueca.

Intitulada *Percepções da Economia Verde,* a pesquisa, apresentada em um dos eventos paralelos oficiais da Conferência, mostrou que há uma grande convergência de opiniões de que o mundo caminha para uma situação de "insustentabilidade" e que a transição para a economia verde é necessária. Há consenso também de que um dos grandes desafios será considerar e respeitar o momento econômico dos países.

Segundo a pesquisa, os brasileiros demonstram certo receio de que haja interrupção do crescimento econômico. Por outro lado, defendem que uma parte dos lucros da exploração do pré-sal seja revertida para o esverdeamento da economia do País e para medidas de redução dos impactos ambientais locais e globais. Os países industrializados, por sua vez, veem na transição uma oportunidade de reativar suas economias. A pesquisa, ainda não publicada, foi feita em parceria com as entidades Growth Analysis, da Suécia, e Iddri, da França.

Para o assessor especial do Ministério do Meio Ambiente, Sérgio Margulis, um dos debatedores na apresentação do estudo, a pesquisa do CGEE não tem valor científico, uma vez que não foi aplicada uma metodologia para selecionar a população entrevistada. Para ele, a transição para a economia verde não se dará por meio um "acordão" entre países, mas por uma conjunção de regras descentralizadas de cada um deles. **(MC)**

[ERRATA]

A tiragem da Edição Especial de junho sobre a Rio+20 foi grafada incorretamente no Expediente. O número correto é 10 mil exemplares.

OLHA ISSO!

POR FABIO F. STORINO*

PRODUZIR PARA QUE E PARA QUEM?



PLANETA SUSTENTÁVEL, 2012, 248 P.

"É possível um capitalismo capaz de levar o mundo em conta?", pergunta Ricardo Abramovay em um dos capítulos do recém-publicado *Muito Além da Economia Verde*. Sim, defende o professor de Sociologia Econômica da USP. Mas, para tanto, dois reencontros se fazem necessários: da sociedade com a natureza e da economia com a ética.

A relação entre sociedade e natureza traz consigo dois conceitos adjacentes: limite e inovação. Limite diz respeito ao reconhecimento da biocapacidade do planeta, cuja finitude e taxa de regeneração impõem restrições à expansão contínua do aparato produtivo. A inovação – mais especificamente, os sistemas de inovação voltados para a sustentabilidade – torna-se um tema de fundamental importância para assegurar o respeito aos limites do planeta à luz da luta global contra a desigualdade no uso da riqueza e do atendimento das necessidades básicas de bilhões de pessoas hoje desassistidas (e algumas delas ascendendo economicamente).

Muito além de sua responsabilidade social, "pôr a ética no centro da vida econômica" trata, pelo lado das empresas, da criação de valor compartilhado – expressão popularizada por artigo de Michael Porter e Mark Kramer na *Harvard Business Review* (goo.gl/bi4NI). Também diz respeito às profundas transformações trazidas pelas tecnologias de informação e comunicação, que alteraram a forma de organização da sociedade em rede (título da trilogia literária de Manuel Castells), tendo como consequência o aumento do potencial de participação social na vida pública e nos negócios.

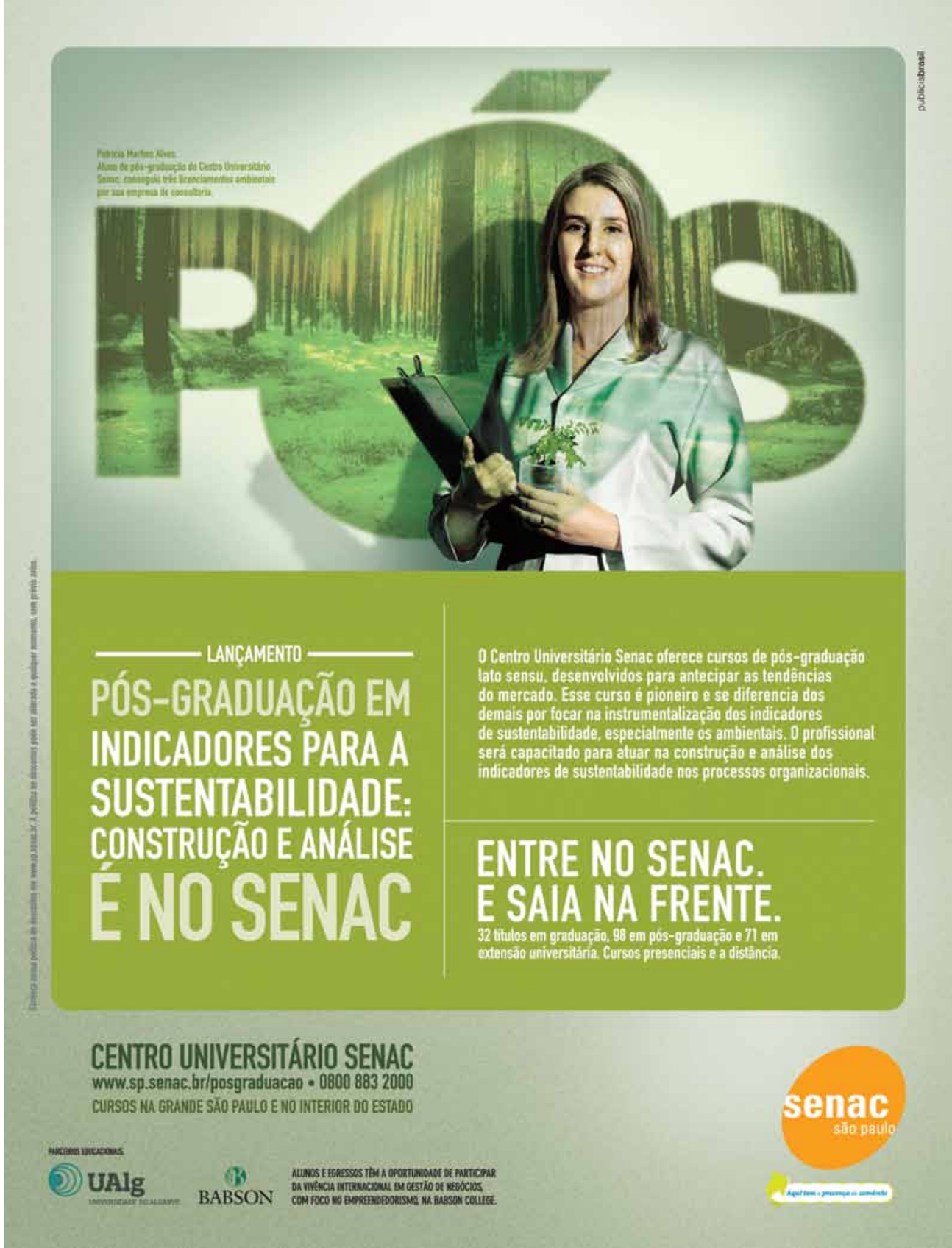
Tudo isso dialoga, por fim, com o turvamento da fronteira entre produção, distribuição e consumo, o que Jeremy Rifkin batizou de "terceira revolução industrial": um modelo mais colaborativo de produção e consumo constituiria hoje um "poder lateral", ou seja, "uma organização econômica com base na cooperação social em larga escala que pode alcançar eficiência alocativa por meio do uso partilhado e descentralizado dos recursos".

O livro de Abramovay traça um contundente diagnóstico dos problemas e limites do modelo econômico prevalecente, mas também não economiza exemplos de caminhos e alternativas possíveis para superá-los, oferecendo uma leitura esperançosa para aqueles decepcionados com os resultados da Rio+20.

Chamou-me a atenção uma passagem em especial, entretanto: "[*O*] fato de haver limites impõe como urgente a pergunta: produzir para que e para quem? Essas questões perderiam muito de sua relevância, em um mundo de recursos infinitos". Será? O livro cita o "paradoxo de Easterlin", que lançou dúvidas sobre a relação entre aumento de renda e felicidade e satisfação de longo prazo – o aumento momentâneo de felicidade é rapidamente estabilizado. Ou como bem coloca Abramovay: "Os bens e serviços não são finalidades por si só, mas meios, instrumentos de realização de algo mais importante que é uma vida saudável e significativa para si e para a comunidade com a qual as pessoas se relacionam".

Se a necessidade é a mãe das invenções, um dos motores do dinamismo social e econômico no mundo é justamente o desafio imposto por tais limites. Nesse sentido, o livro deveria ser lido até mesmo pelos mais céticos quanto aos limites naturais do planeta: um mundo de abundância talvez nos distraísse e desviasse de perseguir o que realmente importa para nosso bem-estar e felicidade.

* **FABIO F. STORINO É COORDENADOR DE TI E GESTÃO DO CONHECIMENTO DO CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE (GVCES).**



POR THAÍS HERRERO

PRATA DA CASA

O fim de **velhas** certezas

Vandana Shiva é um nome reconhecido mundialmente quando o assunto é segurança alimentar e biodiversidade. A física e ambientalista indiana é profunda conhecedora da questão agrária, defensora da preservação de culturas locais e da ideia de que as sementes são patrimônio da humanidade.

Vandana fundou a ONG Navdanya, que estimula a agricultura orgânica local. Por isso, não poupa críticas ou números contra empresas que patenteiam bens da natureza. Em entrevista a Página22 durante a Rio+20, ela conta que em seu país a semente de algodão foi dominada pela Monsanto e se tornou uma "nova fonte de escravidão". "O preço da semente aumentou 8.000% e 13 vezes mais pesticidas estão sendo usados atualmente", diz. Ela nos concedeu a entrevista enquanto caminhava em direção ao evento "Mulheres e o Desenvolvimento Sustentável – liderando o caminho". Entre



ROSILENE MILIOTTI / IMAGENS DO POVO

tantas bandeiras que levanta, Vandana também é defensora das mulheres indianas.

Mesmo com ressalvas à ideia de economia verde, a indiana acredita que as antigas certezas do *mainstream* estão morrendo. Mostra esperança em relação às mudanças e a um novo tempo que está por vir. Leia a entrevista na íntegra em fgv.br/ces/pagina22.

MUNDO *Afora*

A ERA DO HOMEM

Desde o fim do século XVIII, temos dominado cada vez mais a natureza. Melhoramos a qualidade de nossas vidas, inventamos máquinas, remédios, ocupamos novas áreas naturais, descobrimos e extinguimos espécies e aumentamos nossa população consideravelmente. É a chamada era do Antropoceno – tema a que Página22 dedicou-se já em 2008 (*busque em nosso site a reportagem "O mundo conosco"*). Junto com tudo isso vieram as alterações nos sistemas naturais da Terra. O aquecimento global é só um deles.

O site Welcome to the Antropocene (anthropocene.info) é uma plataforma dedicada a educar e envolver pessoas sobre essa nova fase do planeta. Além de um belo vídeo de introdução sobre o conceito, traz informações sobre atividades humanas, como o desmatamento, a exploração de minérios e o derretimento das geleiras. O projeto é colaborativo e feito entre pesquisadores e comunicadores de instituições de pesquisa científica em sustentabilidade, como a Universidade de Estocolmo.

BIOMASSA SOLO ACIMA

Todo o carbono que as florestas tropicais estocam em sua vegetação foi calculado em um mapa virtual. A iniciativa é do Centro de Pesquisa Woods Hole, nos Estados Unidos, e está disponível, juntamente com um banco de dados em seu site. (*acesse em* bit.ly/ya39bw). Há dados de diferentes países

A expectativa é que os dados auxiliem nas pesquisas e sirvam de base para novos programas de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (Redd), com destaque para as terras mais rentáveis para proteger.

O governo da Indonésia, por exemplo, já mostrou interesse em usar os mapas em projetos para reduzir o impacto ambiental da indústria do óleo de palma. A atividade é responsável pelo desmatamento da floresta nativa para dar lugar a extensas plantações apenas de palma.

VALE O CLICK

PRATELEIRA VIRTUAL

Visando a disseminação do conhecimento, a SciELO Brasil lançou um portal para baixar livros acadêmicos, o books.scielo.org. São mais de 200 títulos sob a licença Creative Commons e publicados por universidades, como a Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Federal da Bahia (UFBA), e pela Fiocruz. O objetivo é que, a cada ano, de 300 a 500 livros sejam disponibilizados.

TOQUE UM ESTRANHO

À primeira vista, as fotos são apenas de pessoas abraçadas ou de mãos dadas. O motivo dos contatos revela a beleza do projeto. O fotógrafo americano Richard Renaldi saiu pelas ruas dos Estados Unidos, pediu que desconhecidos se tocassem e posassem para suas lentes. O resultado é o projeto Touching Strangers, disponível em seu site renaldi.com.



RICHARD RENALDI

TEMPOS MODERNOS

A revista on-line *Urban Times* (theurbn.com) tem, no centro de sua linha editorial, notícias sobre soluções e a vida nas cidades em tempos de grande urbanização. Ela se define como uma "rede mundial dedicada a uma visão otimista de futuro". As editorias de cultura, meio ambiente, política, construção, mundo e ciência e tecnologia são um mix tradicional com conteúdos inovadores.

POR ANA CRISTINA D'ANGELO (ANA@PAGINA22.COM.BR)

Comida **verdadeira** no Rio

"A beleza desta cidade, sua história e os grandes eventos que acontecerão por aqui são bons motivos para indicar a tantos visitantes endereços que favoreçam a agricultura local, com atenção ao produto saudável, à tradição gastronômica e ao clima amistoso que o só o Rio sabe oferecer", diz Carlo Petrini no prefácio do *Guia Slow Food*, lançado durante a Rio+20.

São 100 dicas ótimas de bares, restaurantes, botecos, feiras pela cidade em versão bilíngue – inglês e português – que podem ser acessadas de graça em slowfoodbrasil.com/guia-rio.

Você provavelmente vai se deparar com restaurantes e bares que já frequentou na Zona Sul ou no Centro, mas o bacana é que o guia espicha a aventura gastronômica para comunidades como a Rocinha, por exemplo, ou a Favela do Vidigal.

Nesta última você vai encontrar o Paladar Nordestino, o Tia Léa e o bar da Casa Alto Vidigal, que tem uma das vistas mais lindas da cidade. O guia reúne dos mais simples e acessíveis aos mais sofisticados lugares do bem comer no Rio, além de projetos sociais inovadores, desenvolvidos em comunidades carentes, voltados para a agricultura e a culinária.

A filosofia do Slow Food, para além da tradução simples, aponta na direção do alimento bom, limpo, justo, com história, tradição, valorizando a cultura local. O movimento acredita no alimento em sentido amplo, levando em conta a cadeia da terra à mesa, e na importância de preservar a biodiversidade e a cultura artesanal de cada povo, de cada país, em resposta à homogeneização do gosto e perda dos saberes tradicionais.



Podemos dizer também que o que comemos reflete não apenas quem somos, mas o que poderíamos vir a ser, cita Carmem Rial, em ***Brasil:*** *Primeiros Escritos Sobre Comida e Identidade* (UFSC, 2000).



BRUNO VILELA

DE BARREIRA A ACESSO

Estão abertas as inscrições para o projeto Muros: Territórios Compartilhados, que vai selecionar dez propostas artísticas tendo muros de Fortaleza como estrutura. O projeto foi criado para estimular a produção, o pensamento e o diálogo sobre arte em espaço público. A ideia é transformar barreira em acesso e aproximar as artes visuais de quem passa pelas ruas. As propostas poderão ser colocadas em prática em muros de qualquer região da cidade, mas os muros fora do centro são um critério de peso na seleção.

A primeira edição aconteceu em Belo Horizonte, onde sete propostas foram apresentadas em diferentes regiões da cidade. Os trabalhos foram registrados em texto, fotografia e vídeos, disponíveis no site oficial.

Além dos limites espaciais, o projeto quer ainda ultrapassar o potencial de troca simbólica dos muros, já usados como painel tanto pela propaganda quanto pelo grafite.

Os selecionados receberão uma verba de R$ 1.500 para a realização dos trabalhos, prevista para agosto de 2012. Todo o processo será documentado e resultará em um catálogo, a ser lançado ainda neste ano, durante um seminário com curadores e artistas. Acesse o edital em muros.art.br.

LITERATURA EM DUAS TACADAS

A teoria da literatura e do leitor fora dos seus clichês e limitações: esta é a dica de leitura dois em um deste mês: *A Literatura em Perigo*, de Tzvetan Todorov (Difel, 2010) e *O Último Leitor*, de Ricardo Piglia (Companhia das Letras, 2006). Todorov, importante historiador e ensaísta das letras, faz um tipo de *mea-culpa*, teórico que é, sobre a questão de a teoria ter se tornado mais importante que o próprio texto literário em seu ensino nas escolas. Em um manifesto da sua paixão pelos livros, diz o búlgaro: "Que melhor introdução à compreensão das paixões e dos comportamentos humanos do que uma imersão na obra dos grandes escritores que se dedicam a essa tarefa há milênios? E, de imediato: que melhor preparação pode haver para todas as profissões baseadas nas relações humanas? Ter como professores Shakespeare, Sófocles, Dostoievski e Proust não é tirar proveito de um ensino excepcional?"

Já o livro de Ricardo Piglia nos conduz a uma deliciosa viagem pelo vínculo essencial entre obras e leitores. Não um leitor qualquer, mas aquele que se empenha de corpo e alma na tarefa de decifrar a página escrita, no intervalo perigoso entre a ficção e a realidade.

Apoio ao **empreendedorismo**

Programas auxiliam negócios inovadores e alinhados com a sustentabilidade GISELE NEULS

Seis inovadoras empresas brasileiras foram apresentadas em junho a um fórum de investidores na BM&FBovespa, em São Paulo. O evento é o ápice do programa New Ventures, iniciativa do World Resources Institute (WRI), que apoia negócios sustentáveis em países emergentes. Durante três meses, elas passaram por um processo que Marcelo Torres, diretor do programa no Brasil, chama de aceleração. Um intensivo de cursos, tutoriais, reuniões e simulações desenhados para que os empreendedores afinem suas estratégias e planos de negócios e sintam-se preparados para sentar-se à mesa com investidores.

O objetivo é fortalecer negócios de empresas inovadoras preocupadas não apenas com o lucro, mas também com resultados sociais e ambientais positivos. Criado em 1999, o programa já envolveu 346 empresas do Brasil, China, Colômbia, Índia, Indonésia e México (*mais em new-ventures.org*). Juntas, receberam mais de US$ 225 milhões em investimentos. Aqui, o programa tem 49 empresas em seu portfólio e coleciona histórias de sucesso, como a Dry Wash.

Lito Rodrigues tocava a Dry Wash há dez anos, quando se inscreveu para a primeira edição do New Ventures Brasil, em 2004. Preocupado com o alto consumo de água em seu lava a jato, desenvolveu uma tecnologia de lavagem de carros a seco. Quando entrou no programa, sua empresa já tinha a tecnologia consolidada, práticas de valorização dos funcionários e uma rede de franquias. Mas carecia de uma ferramenta básica: o plano de negócios. Além de elaborar seu plano, Rodrigues enxugou a rede franqueada, melhorou a padronização do serviço e conseguiu investimentos para diversificar seus produtos. Recentemente, a tecnologia chamou a atenção de um investidor americano. O contato, facilitado pelo New Ventures, resultou em duas lojas franqueadas na Índia.



O caso ilustra bem a história de muitos negócios nascentes, de micros a médias empresas. O empreendedor brasileiro, em geral, é criativo do ponto de vista da inovação, mas, segundo Torres, tem dificuldades em definir o modelo de negócio. "Esse tem que responder questões importantes como posicionamento no mercado. É larga escala ou nicho? O produto é customizado ou atende ao público em geral?" Sem estratégias bem definidas, o empresário faz investimentos equivocados e não consegue deslanchar.

Também falta fôlego para o empreendedor pensar no futuro de seus negócios. Roberto Murat, sócio-diretor de uma das seis empresas apresentadas no evento da BM&FBovespa, diz que a participação no programa o ajudou a dedicar tempo para isso. Ele é sócio-diretor da Bio Ventures Brasil, que desenvolve combustíveis, solventes e outros químicos à base de pinhão-manso. A empresa dominou a tecnologia de bioquerosene para aviação e vem testando o combustível em parceria com a TAM. "Às vezes, você se envolve muito nas questões do dia a dia e não tem tempo para definir estratégias e buscar o investidor adequado", conta.

Um dos focos do New Ventures é ajudar o empreendedor a falar uma linguagem que faça sentido ao investidor, peça fundamental para garantir a sobrevivência de negócios altamente inovadores como o de Murat, cujo bioquerosene ainda deve levar dois anos para chegar ao mercado.

Mas não são só os empreendedores que precisam aprender a falar a linguagem dos investidores. Acostumados com negócios convencionais, muitas vezes o investidor não percebe a lógica sustentável desses empreendedores. "Estamos falando em empresas cujos resultados socioambientais nem sempre são reconhecidos pela lógica de retorno financeiro a curto prazo", aponta Paulo Durval Branco, coordenador do programa Inovação na Criação de Valor (ICV), do GVces.

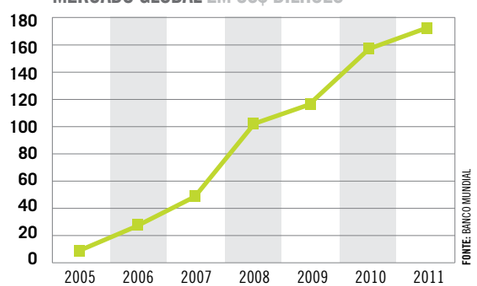
Para Branco, o Brasil possui um ambiente desfavorável à inovação. "Há pouco investimento na formação de empreendedores, nossa indústria de capital de risco é embrionária e é difícil registrar patentes." Por isso, programas como o ICV e o New Ventures prestam relevante contribuição à educação para o empreendedorismo. (*leia mais sobre as dificuldades para obter patente no Brasil na reportagem "Fora do Clube", edição 54*)

Um dos objetivos do ICV é melhorar a inserção de pequenas e médias empresas (PME) nas cadeias de valor de grandes companhias. Até agosto, o ICV selecionará nove PME que possuam inovações em sustentabilidade e estejam inseridas na cadeia de valor de grandes empresas. Três casos selecionados pelo programa já estão disponíveis em fgv.br/ces/inova. Contudo, em vez de focar nos investidores, o programa trabalha para que as grandes empresas incluam paradigmas de sustentabilidade na gestão de suas cadeias de suprimentos, abrindo mais espaço aos fornecedores que atendam a esses critérios.

Negócios com **carbono crescem**, apesar da crise JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA

Apesar da turbulência econômica, das sobras de licenças de emissão na Europa por causa da recessão e dos preços declinantes do CO_2, os negócios no mercado de carbono cresceram 11% em 2011, para a cifra recorde de US$ 176 bilhões, na comparação com 2010. O montante transacionado refere-se à redução das emissões de 10,3 bilhões de toneladas de CO_2 equivalente, segundo o relatório *State and Trends of the Carbon Market 2012*, divulgado no final de maio pelo Banco Mundial. Acesse a publicação em bit.ly/LIB35N.

MERCADO GLOBAL EM US$ BILHÕES



FONTE: BANCO MUNDIAL

ENTREVISTA **ARILD ANGELSEN**

REDD AINDA NÃO ATRAI RECURSOS PRIVADOS

A falta de um acordo global com cortes ambiciosos nas emissões de carbono minou investimentos privados em projetos de Redd, visto cinco anos atrás como um dos mais promissores mecanismos do futuro regime climático. Até o momento, tem vindo de fontes públicas o grosso do dinheiro que financia projetos do mecanismo de Redução das Emissões do Desmatamento e da Degradação, incluindo a conservação dos estoques de carbono das florestas (Redd+). Ainda considerada uma ideia de sucesso, o Redd+, porém, enfrenta inúmeros desafios para deslanchar como instrumento efetivo de combate às mudanças climáticas. Alguns desses desafios são comentados na entrevista a seguir, concedida por **Arild Angelsen** logo após o evento paralelo realizado no dia 18 de junho pelo Centro Internacional de Pesquisa Florestal (Cifor) durante a Rio+20, no Riocentro. No evento, foi lançada a publicação *Analysing Redd+: challenges and choices*, editada por Angelsen, que é professor da Universidade das Ciências da Vida da Noruega e associado sênior do Cifor. O livro pode ser acessado em bit.ly/Mq9mN7. **JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

Qual será o lugar do Redd nas políticas climáticas na falta de um acordo global ambicioso para reduzir emissões de carbono?
A maioria dos países apoiava a ideia de usar o Redd como mecanismo de compensação das emissões dos países desenvolvidos em 2007 e 2008. De lá para cá, como ainda não alcançamos um acordo global de redução das emissões, não obtivemos nenhum recurso importante para o Redd com o mercado de carbono. Talvez isso ocorra a partir de 2020, mas é irrealístico contar com grandes somas de dinheiro do mercado até lá. Portanto, o setor público precisa alocar mais recursos para os projetos de Redd, e é isso o que está acontecendo.

Sem o mercado tão presente, como tem sido o fluxo de recursos para financiar o mecanismo?
O fato de que não se podem usar os mecanismos de mercado significa que menos dinheiro tem sido mobilizado. Se houvesse o mecanismo de mercado, seria necessário um padrão mais uniforme para (*os créditos gerados pelo Redd*). Hoje, o Redd está relacionado à redução de emissões e da pobreza, proteção da biodiversidade e fortalecimento dos direitos indígenas. O Redd está sendo financiado principalmente por programas de ajuda ao desenvolvimento, o que o torna mais diversificado, para o bem e para o mal.

O Redd, então, ganhou um escopo mais amplo?
Redd não é uma receita para uma política específica. Trata-se de um guarda-chuva para tudo que se faz para diminuir emissões do desmatamento e da degradação florestal e conservar estoques de carbono, que é o Redd+. Em um sentido amplo do termo, o Redd compreende ações que visam reduzir as emissões.

Movimentos sociais e parte dos ambientalistas veem no Redd um instrumento de apropriação da floresta pelo capital. Como o senhor lida com tal questionamento?
Como economista, não temo tanto o mercado, porque o vejo como um instrumento. Se é bom ou não, isso depende de como o regulamos. Pode-se ter mercado para coisas boas, tais como o mercado de alimentos. Gera segurança possuir um mercado de alimentos funcionando bem, podendo salvar milhões de vidas. Contudo, se você tem mercado para armas nucleares, pode matar milhões.

Ambientalistas temem que o Redd inunde o mercado de carbono de créditos baratos, dispensando os países ricos de resolverem o problema dos combustíveis fósseis.
Usar o mecanismo de compensação das emissões (*offsetting*) é o meio para mobilizar a maior parte do financiamento para o Redd. Se não se faz isso, não se pode pensar realisticamente em grandes aportes financeiros para ele. Mesmo se não se está pronto ainda para lançar o Redd como um mecanismo de *offsetting*, ele pode ser incluído nos esquemas para cumprimento de metas de redução das emissões dos países desenvolvidos. Nesse caso, o Redd seria incluído, mas os cortes totais nas emissões precisariam ser mais ambiciosos.



Tim Jackson é professor de desenvolvimento sustentável da Universidade de Surrey, na Inglaterra, e diretor do Research Group on Lifestyle, Values and the Environment. É autor de obras que questionam os atuais parâmetros e métricas do desenvolvimento econômico, entre elas prosperidade sem crescimento e economia para um planeta finito

PUBLIUS VERGILIUS

Próspero mundo novo

POR AMÁLIA SAFATLE, LETICIA FREIRE E THAÍS HERRERO

Na manhã seguinte a que publicou, em 2009, o relatório *Prosperidade sem Crescimento? – A transição para uma economia sustentável*, o professor britânico **Tim Jackson** ouviu um sonoro silêncio. Assim como na manhã seguinte, na outra e na outra. Seu trabalho, resultado de 20 anos, apresentava ideias bastante inovadoras em meio ao monocórdio mantra do crescimento pelo crescimento – mas contou com repercussão nula. (Ou mínima. Nos lados de cá do Atlântico, PÁGINA22 mencionou o estudo em reportagem na edição 30, de junho de 2009, intitulada "As Voltas Que o Mundo Dá"). Pois não é que dá mesmo? Rio de Janeiro, 2012, Tim Jackson é *persona mui grata* nas mesas de debates paralelos da Rio+20 e nas páginas e telas dos grandes veículos de mídia, ainda que sob os ecos do mantra crescimentista do G-20, reunido às vésperas da Conferência.

Nesta entrevista concedida à equipe de PÁGINA22 no Forte de Copacabana, logo após participar do evento Diálogos Sustentáveis – iniciativa do Funbio, Arapyaú e Vitae Civilis, com a presença de Arminio Fraga e Ricardo Abramovay –, Jackson comemora que a mensagem esteja se disseminando mais e mais. Muito por conta, diz ele, da pressão exercida pelos 99% que estão nas bordas e cobram da economia a busca de um sentido humano e social. "Essas pessoas estão lutando para um futuro mais justo. Isso é parte dos diálogos da sociedade que vemos aqui, no Rio. Mesmo que essa revolução ainda não seja a maior expressão das partes, tem sido a essência da mudança para o desenvolvimento sustentável", diz. Por mais que o mundo dê voltas, Jackson tem uma estrela-guia – Vênus, bem resplandecente, no céu de todo lugar.

Quando falamos em perseguir a prosperidade no lugar do mero crescimento econômico, isso implica mudança de valores, de passar a ver sentido naquilo que vai além do consumo pelo consumo. Mas esse tipo de transformação leva tempo para ocorrer na sociedade. Existe algum caminho para acelerar esse processo?

Penso que não se trata de uma questão de mudança de valores. Argumento que muitos dos valores já estão no lugar certo, digamos assim. Esses valores humanos já foram determinados pela nossa história, inclusive a biológica, a cultural e a sociológica. Esse sentido valorativo é relativamente estável, já está em nós, em nossas vidas. A questão, na verdade, é como eles se apresentam em nossa sociedade. Isso é algo respaldado por reflexões acadêmicas. Gostaria de citar o trabalho de um psicólogo social chamado Shalom Schwartz, que identifica essa tensão entre os valores. A tensão entre, por exemplo, valores egoístas, que dizem respeito só ao individual, e valores que dizem respeito ao coletivo, ao altruísmo, à noção de cuidado com os outros seres. Ele também aborda a questão da tensão entre valores ligados ao prazer e ao deslumbramento fugaz, e os valores ligados à tradição e ao conservadorismo. O argumento dele é que todos esses valores existem na psique humana nesse cenário de antagonismo entre o eu e o todo. Por exemplo, nós nunca prezaríamos a estabilidade da família se o valor da tradição não estivesse presente em nossa estrutura mental, e assim por diante.

O.k., mas as situações não se apresentam assim para nós. Ou, pelo menos não é assim que percebemos o entorno. E o que tendemos a fazer é centrar em alguns valores, ou na suposta ausência deles. Por exemplo, o egoísmo. É como se só houvesse essa linha condutora nos regendo e por ela construímos instituições financeiras, corporações etc. que são cativas desses valores. O reflexo dessa visão estreita sobre os valores também se reflete nas sociedades quando, por exemplo, observamos um grande contingente de consumidores vorazes que foram incorporados a essa ideia de que somos seres individualistas e em busca constante do prazer.

Então, em vez de dizer que se trata de mudar os valores, minha percepção é de que nós não estamos olhando para esse mapa de valores com a devida atenção e nos voltamos para um recorte muito reduzido e limitado da humanidade enquanto organização social, e acabamos por estimular em demasia o egoísmo, o individualismo. É um debate que deve focar a forma como se estimula o comportamento humano dentro de todo um cenário. Trata-se de um debate sobre como mudar as estruturas institucionais que restringem e limitam os posicionamentos valorativos que as pessoas já têm.

Mas como mudar essas estruturas institucionais?

Bem, acredito que esta é "a" questão *(risos)*. Mas, para mim, é sobre reinventar o estímulo comportamental dessas instituições econômicas. Para dar um simples exemplo dessa transformação, se, ao motivarmos as empresas a remunerar o acionista ou até mesmo a criar impostos que retornem em benefícios para esses acionistas, sem, contudo, usar para isso atividades que agridam os demais ou o meio ambiente, incentivaremos novos hábitos de governança. Nessa ótica, podemos criar tantos produtos quanto imaginarmos possível, pois a estrutura da ideia não é a destruição, a exploração etc., e sim os comportamentos empresariais mais responsáveis. Se, ao criarmos uma estrutura de gestão baseada em ganhos sociais, com benefícios para toda a comunidade, e não só para os acionistas, isso, talvez, impacte profundamente a vida das pessoas ao redor dessa estrutura, prevalecendo os valores de conservação e socialização. É cultural: a opção social por esse modelo pode mudar a forma como as organizações estão acostumadas a atuar e a trabalhar.

Para não parecer que a questão do "mapa de valores" é, digamos assim, um idealismo, o senhor poderia nos dar alguns exemplos mais concretos?

Sim, vou citar alguns exemplos. Tenho até mesmo um exemplo na legislação dos Estados Unidos em relação às corporações chamadas *Benefit Corporations* (*Empresas de Benefício, em tradução livre*), que operam em outra estrutura legal, cujos estatuto social e razão de ser não priorizam o lucro. Não é um sonho, é uma mudança normativa já em vigor na Califórnia, em Nova Jersey, Maryland, Virgínia e Vermont, todos os estados que modificaram o Código Civil para permitir a difusão de empresas que constroem uma economia de mercado, mas não uma sociedade de mercado.

No Reino Unido, chamamos essas iniciativas de *Community Interest Trust*, que operam em uma legislação particular que autoriza não apenas que elas tenham seus impostos reduzidos, para aumentar o capital de giro, mas também tenham um *prime aim* para distribuir os resultados da empresa em diferentes formas.

Um conjunto de exemplos de que eu gosto muito acerca de investimentos são as comunidades baseadas em fundos que permitem a essas comunidades aplicar suas economias nessas organizações para o benefício das próprias comunidades. Esse é um sentido muito diferente que mostra uma nova forma de circulação de capital e o mais importante, para mim, é que esses modelos parecem mostrar que é possível expandir a forma estreita com que avaliamos os valores que nos cercam.

Esses exemplos mostram que, sim, os seres humanos se importam com a comunidade na qual estão inseridos e que existe um senso muito forte de cuidado e solidariedade entre os indivíduos. Eles se importam com a forma pela qual o dinheiro pode ser investido para gerar uma relação de proteção humana e ambiental. Esses são apenas alguns exemplos, mas nos dão uma ideia do que precisa mudar.

(Jackson para de falar e contempla o céu) Desculpe, eu me distraí olhando a primeira estrela do céu. *(Todos param por alguns momentos e observam Vênus, da varanda da sala de imprensa do Forte de Copacabana, onde a entrevista é concedida, no início da noite)*. É impressionante como de qualquer parte do mundo você olha para o céu nesta hora e pode observar Vênus.

Nos dá o sentimento de um único planeta, não é?

Exatamente.

Bom... de volta à Terra *(risos)*, gostaríamos de saber o que mudou e evoluiu em relação a essa discussão, desde que o senhor lançou o relatório *Prosperidade Sem Crescimento?*, em 2009, até hoje.

Uma mudança cultural marca o lançamento do relatório até os dias atuais. Quando o relatório foi lançado... ele morreu. Isso mesmo. Foi muito estranho e foi uma experiência única na qual fui envolvido, porque antes havia uma dúzia de publicidade anunciando o material, o conteúdo, fiz entrevistas por telefone, conversei com muitos jornalistas na noite anterior da divulgação oficial, mas, na segunda-feira, quando o material foi efetivamente lançado, não havia absolutamente nada sendo divulgado. Nada mesmo. Houve um silêncio mortal pairando no ar. *(risos)*

Daí eu pensei: espere um minuto, eu realmente passei os últimos nove meses trabalhando para escrever algo ao qual dediquei 20 anos de pesquisa, para nada? E foi isso mesmo: nada.

Na época, o governo britânico ficou furioso com o conteúdo do material. Houve forte rejeição. Não estou dizendo que esses dois fatores estão relacionados. Talvez haja uma relação, mas o que foi mais arrebatador é que todo o tema começou a se tornar parte de uma conversa muito difícil de ter em termos políticos, depois disso. Agora, vejam que ironia, esse material está por toda parte. Até mesmo o fato de eu estar aqui *(no evento Humanidade 2012, promovido pela Fiesp e Sistema Firjan)* é um testamento de que as pessoas querem ter essa conversa. Elas questionam o sistema econômico e querem falar sobre isso, achar soluções, ponderar posições. Claro que não apenas por causa do meu livro, mas por causa da crise financeira, e outras situações turbulentas.

Vemos que há interesse pelo debate de forma geral, mas os economistas clássicos não demonstram isso. O senhor sente que essas mudanças também acontecem fora do círculo dos ambientalistas?

Vejam, o próprio evento de que participamos hoje, que fala sobre crescimento, sinaliza outra postura. E não se trata de um círculo pequeno. Falamos em diversas pessoas e inúmeras organizações, que incluem muitos economistas e líderes de variadas frentes. Para se ter ideia, já fui convidado a falar sobre o tema e aconselhar bancos de investimentos, comunidades religiosas, ONGs, acadêmicos, encontros de pessoas comuns.

> Alunos de Economia nas principais universidades dos EUA exigem currículos adaptados a uma nova realidade

Contudo, o.k., acho que vocês estão certas em relação aos economistas clássicos. Uma pequena minoria demonstra vontade para se abrir ao debate. Mas acredito que uma real mudança está acontecendo e ela está baseada no fato de que a economia se tornou mais acessível e vital para os "não economistas", e isso é uma das coisas boas sobre o resultado do livro. Há mais envolvimento, isso é válido. Ainda não é uma mudança significativa nas estruturas das instituições de que eu falei, mas há iniciativas que verdadeiramente indicam uma mudança.

Mas expandir a ideia da sustentabilidade ainda é um desafio. Então, qual deveria ser, em sua opinião, o apelo de comunicação a ser usado para que os economistas clássicos, ou os adeptos desse modelo econômico, se interessassem mais por esse debate?

Uma das coisas que têm acontecido é o incômodo dos novos economistas em relação à forma como a matéria é tratada em sala de aula. Por exemplo, nos Estados Unidos, os alunos das principais universidades do país estão colando cartazes nas portas das salas de aula demandando que os professores ensinem uma economia ligada à questão da igualdade, da estabilidade dos mercados financeiros e que entenda os limites ecológicos.

E esses alunos dizem que não vão voltar para as salas de aula até que os currículos escolares sejam adaptados a uma nova realidade. Eu não vi isso onde eu ensino, mas o que vi quando palestro sobre meu livro é um grande número de jovens economistas pergun-

tando onde eles podem exercer esse pensamento. Eles querem ir além da lei da oferta e da procura e, esperançosamente, muitos professores estão abraçando essa demanda e mudando a forma de ensinar economia.

Eu fiquei estarrecido com a fala do Arminio *(Fraga, ex-presidente do Banco Central, companheiro de mesa no evento)...(risos)*

Íamos mesmo perguntar sobre o que o senhor tinha achado disso...

Eu fiquei chocado. Escondido atrás dessa linguagem econômica de "socializar as perdas e privatizar os benefícios" está uma visão horrível, porque cria um discurso econômico que parece sugerir que as crises são acidentalmente um produto do sistema, em vez de dizer que, de fato, elas são produto de uma desigualdade profunda, ideologicamente escolhida por interesses privados profundamente injustos. E me parece surreal que os economistas não vejam isso, não reconheçam isso. Eu não deveria usar a palavra "imperdoável", mas me parece inexplicável que alguém desse nível *(referindo-se a Arminio Fraga, para quem o crescimento econômico é inevitável a todas as economias, inclusive as ricas)* não saiba exatamente o que tem sido feito com o sistema.

Defender que todo o caos simples e acidentalmente aconteceu é muito bizarro. Nada disso foi acidente, foi criado por regras institucionais, por escolhas ideológicas dos poderosos agentes do mercado que fazem o melhor para si, independente das perdas sociais e ambientais. Não há acidente ou acaso nisso, trata-se de uma escolha.

A maioria das políticas econômicas está baseada nos planos de governo, e são de curto prazo. Falamos aí em quatro, talvez oito anos, se o presidente ou seu partido se reeleger. Como estender a

TIM JACKSON

boa ideologia econômica, digamos assim, para além dos mandatos políticos. Isso é possível?

O ciclo político faz com que os planejamentos econômicos de longo prazo sejam um pesadelo. É muito difícil lidar com essa base de falso longo prazo, mas uma iniciativa aqui no Rio, por exemplo, fala de um conselho para a futura geração. Algo que transcenda a política de curto prazo e estabeleça a política com base em uma agenda de longo prazo.

De certa forma isso é exatamente o que a sustentabilidade fala: permitir visões de longo prazo em governança. Por exemplo, ao falar em pensões, temos de ter uma visão de estabilidade de longo prazo para aqueles que investem nessa opção por 20 ou 30 anos, às vezes mais. Esses não são fundos de curto prazo beneficiados por políticas de curto prazo. E a instabilidade do mercado financeiro baseado em um pensamento de curto ou curtíssimo prazo de fato devastou os valores desses fundos, criando sérios problemas para os agentes econômicos que tentavam criar opções seguras de longo prazo.

Então, para responder à pergunta, eu diria que você encontra, no meio da loucura financeira, instituições que têm sérios interesses em atividades de longo prazo. E eu sei, pela minha pesquisa, para a qual conversei com muitos desses agentes financeiros, que as pessoas estão famintas por mais espaço para as atividades de longo prazo. Há muito interesse em criar as condições mais seguras em relação a essa política de mercado.

Muito da mudança viria da educação. Então, como potencializar a educação para a mudança?

Sem dúvida vem da educação, mas, novamente, trata-se de alargar o espaço de operação. Estou muito próximo disso, porque aconselho uma instituição investidora que continuamente tem que competir para ter autoridade e autenticidade entre os fundos convencionais. Os fundos sustentáveis rejeitam as coisas ruins, escolhem as boas e oferecem a oportunidade para que os acionistas e poupadores invistam em opções de investimento mais responsáveis e sustentáveis. E isso está aumentando nos últimos dez anos. Mas, ao mesmo tempo, esse mercado, que é particularmente muito, muito influente em mobilizar o dinheiro das pessoas para o bem, sempre está brigando com as condições do mercado *mainstream*, que regula o jogo de forma má e antiética, como, por exemplo, potencializando ativos de indústrias extrativistas que exploram as condições pobres dos países em desenvolvimento, incentivando os gastos militares, que são insustentáveis a longo prazo, ou até mesmo as tecnologias energéticas de alto risco, como as nucleares.

Então, o que vemos por aí é que não se trata apenas de educação, trata-se de oferecer às pessoas fundos que gerem segurança e um futuro melhor. Elas fariam essas escolhas, mesmo sem qualquer educação. Então, é parcial a responsabilidade da educação. O que importa mesmo é criar espaço e permitir que a capacidade para os investimentos sustentáveis cresça e se fortaleça cada vez mais.

> No meio da loucura financeira, há instituições que têm sérios interesses em atividades de longo prazo

Percebemos que falar em redução das desigualdades é um tabu entre os governos. Aqui na Rio+20, por exemplo, fala-se em redução de pobreza, mas, na hora de discutir a redistribuição de riqueza dos ricos para os menos favorecidos, o discurso fica engasgado. Como a economia pode ajudar nesse debate?

Não tenho a exata resposta. Sabemos o básico: crescimento infinito não é possível em um mundo de limites. E essa é uma das essências da discussão sobre sustentabilidade, que é trazer justiça social com limites ecológicos. Um exemplo de que gosto muito é a imagem do bolo de aniversário. Precisamos, primeiro, mostrar o tamanho do bolo para todos e dizer que isso é o que temos para celebrar, viver bem. Será necessário dividir o bolo de forma justa. Trazer o debate dos limites ecológicos para o centro da questão também é vital. É uma questão de igualdade, não simplesmente de fazer o bolo crescer. Mas sabemos que politicamente isso é muito difícil. Sabemos que existem pessoas que simplesmente não querem deixar de ganhar e não têm interesse em permitir que haja mais igualdade. Existe muita antiética escondida atrás dessas políticas econômicas que defendem os próprios interesses.

Mas há um debate muito interessante neste momento, por conta do movimento Occupy. As injustiças foram levadas às ruas, apresentadas por aqueles que se dizem os 99% restantes, e essa vasta diferença não pode ser ignorada, nem mesmo pelo *mainstream*. É uma discussão que a sociedade deve tomar para si, quase como no debate pelo fim da escravidão, que é antiética e moralmente inaceitável. E isso é transmitido pela revolução, pela pressão dos excluídos em fazerem com que suas vozes sejam ouvidas.

A Rio+20 e os movimentos jovens já mostram que há muita gente que não é excluída da sociedade questionando a situação que leva muitos a condições degradantes de vida. Essas pessoas estão lutando para um futuro mais justo. Isso é parte dos diálogos da sociedade que vemos aqui, no Rio. Mesmo que essa revolução ainda não seja a maior expressão das partes, tem sido a essência da mudança para o desenvolvimento sustentável.

[OPINIÃO]

PARCEIRO

Instituto Democracia e Sustentabilidade

De positivo, só os **efeitos colaterais**

Nem os mais otimistas encontrarão nos plenários fechados, onde se reuniram as delegações oficiais, resultados relevantes para a agenda da sustentabilidade global

POR JOÃO PAULO R. CAPOBIANCO*

Há diferentes formas de avaliar os resultados de uma conferência da dimensão que foi a Rio+20. Podemos começar por seus números impressionantes. Foram milhares de participantes dos setores governamental e não governamental que lotaram a conferência oficial, a Cúpula dos Povos e centenas de eventos paralelos espalhados pelo Rio de Janeiro. Somente no Riocentro, onde a entrada era restrita, pela exigência de prévio credenciamento, foram 10.822 integrantes de delegações oficiais, 9.856 representantes de organizações da sociedade civil organizada, 4.075 jornalistas e 1.781 participantes dos diálogos promovidos pelo governo brasileiro.

A participação virtual envolveu 50 milhões de pessoas, sendo mais de 1 milhão pelo Facebook, e ainda 1 bilhão de twitters circularam com o #Rio+20.

Dessa efervescência, vieram resultados concretos. Em pronunciamento realizado ao fim da Conferência, o secretário-geral da ONU para a Rio+20, Sha Zukang, comemorou os mais de 700 compromissos voluntários entre ONGs, empresas, governos e universidades, assinados nos eventos oficiais, somando US$ 513 bilhões para ações de desenvolvimento sustentável na próxima década.

Merecido destaque recebeu o compromisso assumido pelos administradores das 58 maiores cidades do mundo, liderados pelo prefeito de Nova York, Michael Bloomberg, de redução de 248 milhões de toneladas de emissões de gases de efeito estufa até 2020, com a meta de chegar a 1,3 bilhão de toneladas em 2030.

Soma-se a tudo isso a enorme divulgação dos assuntos relacionados à temática da Conferência, por meio de incontáveis matérias e programas nos principais veículos de comunicação de todo o mundo. O impacto positivo dessa cobertura massiva para a conscientização da opinião pública é inquestionável.

No entanto, mesmo correndo o risco de desagradar os responsáveis pelos sucessos que acabo de citar, considero que esses foram resultados colaterais. Esclareço que não utilizo o termo "colateral" como algo negativo ou sem importância, mas na definição do Houaiss: "o que está ao lado, em direção paralela ou quase".

Isso porque, se a Rio+20 foi convocada para tratar da enorme lacuna de implementação das decisões urgentes já aprovadas nos inúmeros tratados e protocolos internacionais em vigor, os resultados positivos aqui listados não devem mascarar uma avaliação do que foi a parte oficial desse megaevento.

Por essa perspectiva, nem os mais otimistas poderão encontrar nos plenários fechados, onde se reuniram as delegações oficiais, resultados relevantes para a agenda da sustentabilidade global. Ao contrário, neles se protagonizou mais um ato do teatro da diplomacia burocrata e autocentrada que, reféns dos interesses exclusivamente nacionais, é cada vez mais incapaz de exercitar o multilateralismo.

O prolixo documento final *O Futuro Que Queremos*, ao longo de suas 53 páginas e 283 parágrafos, registra a palavra "decisão" apenas quando se refere à instituição do Fórum de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável. Lendo as 12 atribuições previstas para esse Fórum, entretanto, será necessária uma dose extra de otimismo para acreditar que ele poderá ser mais eficaz do que a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), criada em dezembro de 1992, para monitorar os desdobramentos da Rio 92. É quase unânime o entendimento de que o principal problema da CDS, vinculada ao Conselho Econômico e Social – Ecosoc, da ONU, não é estrutural, mas, sim, de falta de vontade política e de compromisso dos governos em implementar as decisões adotadas.

Cabe registrar, inclusive, que a CDS já havia sido designada pelo Plano de Implementação de Johannesburgo (JPOI), aprovado em 2002, como o Fórum de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável



dentro do sistema das Nações Unidas. Também lá estava a emergência da erradicação da pobreza. Ou seja, nem criatividade nossos diplomatas tiveram agora, dez anos depois.

A situação do Pnuma vai na mesma direção. Parece ser ingênuo aceitar a ideia de que sua fragilidade, há décadas discutida e nunca resolvida, será agora efetivamente enfrentada em razão do "convite" feito pelos chefes de Estado durante a Rio+20 para que a Assembleia-Geral, em sua Sessão 67, agendada para setembro deste ano, estude adotar uma resolução para o seu fortalecimento e modernização. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que deverão substituir os Objetivos do Milênio a partir de 2015, é outro caso em que as altas expectativas foram frustradas. (*mais em reportagem à pág. 46*)

Quanto mais se faz a leitura comparada entre o documento final da Rio+20 e os produzidos nas conferências anteriores, mais se vê o quanto reafirma compromissos assumidos há décadas e nunca implementados e como é pobre em inovações e criatividade. E, quanto mais se avança no diagnóstico sobre o agravamento dos problemas socioambientais e cresce a certeza da emergência de ações concretas, mais nossas diplomacias, sob o comando dos chefes de Estado e de governo, encarregam-se de postergar as decisões.

* PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE, FOI REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL NAS COMISSÕES INTERMINISTERIAIS DA RIO 92 E DA RIO+10 (JOHANNESBURGO).

Agora é com a **gente**

Reafirmadas as limitações do processo formal da ONU na direção do futuro que queremos, mais do que nunca a bola está com a sociedade civil. Como fazer – e bancar – a transição para um novo modelo é a agenda do dia

POR AMÁLIA SAFATLE FOTO DAVI MARCOS/ IMAGENS DO POVO

Ainda no calor do encerramento da Rio+20, mas com a poeira se assentando, surge com mais clareza o cenário que nos cerca: sim, o documento final *O Futuro Que Queremos* foi morno e pouco ambicioso, entretanto, olhando bem, diversos "ganchos" que saem dali podem ser transformados em ações práticas (*saiba quais são à pág.* 23). Por quem? Por nós, por todo mundo. Nada mais coerente com a característica da sociedade contemporânea, de lideranças orgânicas e articulações descentralizadas, em busca de uma nova governança em rede – com menos palavrório, burocracia e hierarquia, e mais mão na massa.

Ninguém disse que será fácil. É preciso envolver o ator formal – o governo –, único capaz de dar escala às transformações, por meio de políticas de amplo alcance, e garantir um ambiente institucional seguro às iniciativas da sociedade civil, que, vale lembrar, inclui o empresariado. Na outra mão da mesma via, o representante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, Bruno Ribeiro de Paiva, reconhece: "O governo não tem condição de avançar nisso sem ampla participação social".

Alguns especialistas ouvidos por Página22 sintetizam assim o resultado da Rio+20: uma evolução, ainda que ofuscada pelo clima de desapontamento com o documento final, precisa ser percebida: hoje não se discute mais, como se fazia até pouco tempo atrás, se o caminho deve ser ou não o do desenvolvimento sustentável. Isto se tornou um ponto pacífico e a aposta é que a transição se dará em poucas décadas, de forma inevitável.

"Não temos como fazer uma ruptura e nem temos tempo de fazer uma transição demorada. Então, o que temos de fazer é uma mutação", escolhe as palavras a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva.

Aron Belinky, coordenador de processos inter-



Além do Riocentro

Apesar da fria declaração final da conferência oficial, a Rio+20 para além do Riocentro é marcada por mais de 700 iniciativas de governos locais, empresas, bancos, agências multilaterais e academia. Entre os compromissos voluntários (*acesse a lista completa em* uncsd2012.org/allcommitments.html), destacamos:

- **Cidades** – O Grupo de Liderança Climática C40, que reúne 59 das mais importantes cidades do mundo, anunciou que a coalizão poderá diminuir em pelo menos 1 bilhão de toneladas ao ano, a partir de 2030, suas emissões de gás carbônico na comparação com 2010. As cidades da C40 respondem por 18% do PIB global.
- **Abaixo o carbono** – O Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) defenderam a taxação de produtos e serviços poluentes, particularmente suas emissões de gases de efeito estufa, e a eliminação dos subsídios aos combustíveis fósseis.
- **Banco Central** – O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, comunicou que submeterá à audiência pública duas propostas regulatórias sobre a responsabilidade socioambiental das instituições financeiras. Além da publicação compulsória de relatórios anuais sobre a implementação dessa política, as novas regras obrigarão todos os bancos a gerenciar e mensurar riscos socioambientais de suas operações financeiras.
- **Mercado de capitais** – A Nasdaq, dos EUA, a BM&FBovespa e as bolsas do Egito, de Istambul e Johannesburgo firmaram compromisso de longo prazo para promover o investimento responsável em seus mercados. O objetivo é incentivar boas práticas ambientais, sociais e de governança, incluindo a divulgação de informações sobre esses temas nas 4.600 companhias listadas nessas cinco bolsas de valores.
- **Declaração do Capital Natural** – Documento em que o setor financeiro reconhece a relevância do capital natural para a manutenção da economia global. Rabobank, da Holanda, e outros quatro bancos importantes já aderiram à declaração, que é coordenada pela Iniciativa Financeira do Pnuma (Unep-FI), o Global Canopy Programme e no Brasil pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV-Eaesp (GVces).
- **Princípios do Seguro Sustentável** – Outra iniciativa da Unep-FI, a declaração foi lançada já com adesão de 27 companhias líderes na indústria de seguros e ativos totais superiores a US$ 5 trilhões. O propósito do documento é prover um enfoque holístico para a gestão de riscos globais e emergentes no setor de seguros, tais como as mudanças climáticas, os desastres naturais, a escassez de água, a insegurança alimentar e as pandemias.
- **Novo indicador** – O Pnuma lançou o Índice de Riqueza Inclusiva, que também contempla o capital humano e natural nas suas contas. Será sem dúvida um forte aliado dos que condenam o PIB como principal medida de desenvolvimento de uma nação.
- **Compras públicas** – Mais de 30 governos e instituições participam da Iniciativa de Contratação Pública Sustentável Internacional (SPPI), lançada durante a Rio+20. Por meio da iniciativa, o Pnuma oferecerá apoio a países interessados em executar políticas nacionais de compras públicas sustentáveis. **POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

nacionais do Vitae Civilis, recorre a uma figura de linguagem para ilustrar este momento: "Já se sabe qual deve ser o caminho e todos já estão dentro do ônibus. A disputa agora é por melhor ou pior posicionamento: quem senta na janelinha, quem fica perto do banheiro e quem dá palpite pro motorista", compara. Quem se tem posicionado melhor?

ULTRAPASSAGEM

Na belíssima orla carioca, uma estrutura resplandece na noite: uma construção de andaime – remetendo ao delicado equilíbrio da sustentabilidade e ao futuro a construir – é a atração de olhares e de visitantes, que lotam o espaço com filas imensas. No Forte de Copacabana, a Fiesp e o Sistema Firjan, com apoio da Fundação Roberto Marinho e da Prefeitura do Rio, montaram o Humanidade, espaço de debates, apresentações musicais e uma exposição artística de encher de olhos, com um quórum total de 210 mil participantes.

"As empresas, que na Rio 92 haviam entrado 'pela porta dos fundos', desta vez souberam se posicionar e se comunicar, usando uma linguagem moderna, contemporânea, que o restante da sociedade civil não soube fazer", avalia Fabio Feldmann, que se intitula ambientalista, em autocrítica do movimento socioambiental na Cúpula dos Povos, no Aterro no Flamengo – espaço destinado às tendas das ONGs e movimentos sociais.

De fato, houve quem considerasse a Cúpula dos Povos um "Fórum Social Mundial piorado", e que a disparidade de recursos disponíveis para investir nos dois espaços não deveria ser usada como justificativa. A verba limitada não impede o exercício da criatividade e da inovação, esperados de uma sociedade civil que poderia estar mais articulada e, por exemplo, envolver o público com a participação gratuita de artistas e celebridades engajadas (*mais em reportagem à página* 28).

SENTAR-SE AO LADO

"É preciso trazer para trabalhar com a gente a porção mais cosmopolita do setor privado, aquela que tem visão e enxerga oportunidades. Essa, inclusive, é uma maneira de isolarmos o segmento empresarial mais atrasado", propõe Feldmann.

Como admite Marina, "a sociedade civil [*exceto as empresas*] que em 92 estava na ponta de lança, agora sofreu dispersão". Muito por conta dos novos formatos de participação, diz Belinky.

Ele lembra que, em 1992, a ONU não permitia *side events*, os eventos paralelos no pavilhão do Riocentro. Todos os que não fossem governo estavam – juntos – do lado de fora dos portões, inclusive as empresas. "Desta vez, ao abrir uma participação parcial no Riocentro, a ONU constituiu e ao mesmo tempo diluiu o espaço de articulação", avalia. "Por um lado é um sintoma de que

O Futuro Que Queremos: *como fazer do limão uma limonada* POR ARON BELINKY, DO VITAE CIVILIS

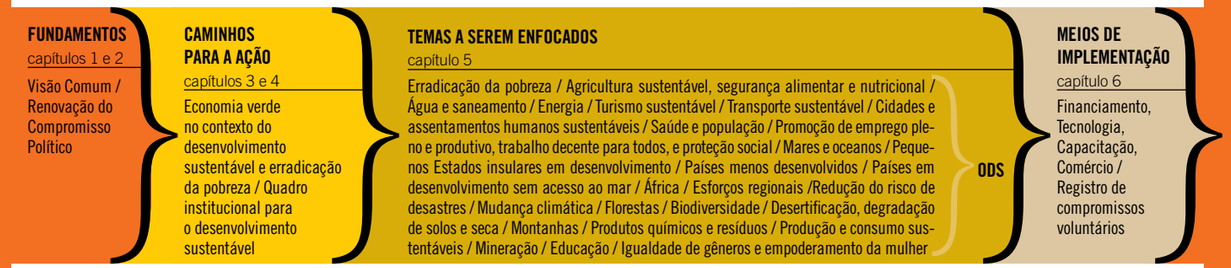
Uma carta de boas intenções, com pouca ousadia, quase nenhuma decisão e muito aquém do que seria necessário para enfrentar os atuais desafios da humanidade. Esta é a avaliação praticamente unânime da declaração resultante do processo oficial da Rio+20, intitulada *O Futuro Que Queremos*. Apesar disso, é um documento de peso, assinado por representantes de alto nível em nome de 188 países, e que será referência para a agenda global da sustentabilidade nos próximos anos. É preciso, portanto, conhecer suas limitações e potenciais, e fazer desse limão a melhor limonada possível.

Para isso, sugerimos duas perspectivas fundamentais: a explicitação da narrativa embutida no documento, e a identificação dos "ganchos" a partir dos quais várias agendas podem ser impulsionadas, se devidamente trabalhadas pelas partes interessadas.

NARRATIVA

Com 283 parágrafos distribuídos em 53 páginas, o documento pode ser visto de forma matricial: um conjunto de fundamentos, estratégias e diretrizes (capítulos 1, 2, 3, 4 e 6) aplicam-se a um bloco de 26 temas, identificados como prioridades para efetivação do desenvolvimento sustentável (capítulo 5) e que devem ser sintetizados em uma série de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A declaração, portanto, tem uma lógica interna, apesar do baixo nível de ambição, visível na linguagem pouco assertiva: em quase todos os parágrafos, os signatários apenas reconhecem os problemas e reafirmam compromissos já assumidos, em vez de tomar decisões ou apresentar demandas firmes. Os efeitos práticos desse documento dependerão, assim, da dedicação dos interessados em cada assunto.



GANCHOS

Em vários parágrafos são identificáveis possibilidades de encaminhamentos futuros. Exemplos:

- **Parágrafo 38:** requer à ONU que inicie um programa de trabalho sobre métricas de progresso além do PIB, tendo como base iniciativas existentes.
- **Parágrafos 42 a 44:** reconhecem a importância do acesso da sociedade civil à informação e ao Sistema Judiciário, comprometendo-se a melhorar formas de participação no sistema multilateral.
- **Parágrafo 47:** incentiva o setor privado, em conjunto com a sociedade civil e com apoio do sistema ONU, a desenvolver modelos para difusão de informações sobre sustentabilidade das empresas, tendo como base as melhores práticas e iniciativas existentes.
- **Parágrafos 50 e 86:** reconhecem a necessidade do diálogo intergeracional e de considerar melhor os interesses das futuras gerações nas decisões do presente sobre desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, convidam o secretário-geral da ONU a produzir um relatório sobre o assunto, abrindo uma porta para aprofundamento desse tema no sistema multilateral.
- **Parágrafos 82 a 86:** estabelecem um fórum político intergovernamental de alto nível para tratar dos temas do desenvolvimento sustentável, a ser instalado em setembro de 2013 (início da 68ª Assembleia-Geral da ONU), com participação da sociedade civil (mas apenas consultiva).
- **Parágrafo 88:** trata do fortalecimento do Pnuma, apontando uma série de medidas e convidando a 67ª Assembleia-Geral da ONU (set/2012 a set/2013) a adotar resolução nesse sentido.
- **Parágrafo 226:** adota o "programa-quadro de 10 anos para produção e consumo sustentáveis" (resultado do Processo de Marrakesh e travado na ONU desde 2011) e convidam a Assembleia-Geral da ONU a designar, em setembro de 2012, um Estado-membro para operacionalizá-lo.
- **Parágrafo 248:** estabelece um grupo de trabalho, a ser criado no máximo até setembro/2012, para avançar processo intergovernamental, aberto a todas as partes interessadas, visando desenvolver os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de forma consistente com as Metas do Milênio e para implementação a partir de 2015.
- **Parágrafos 255 a 257:** estabelecem um comitê intergovernamental, com participação das partes interessadas, para analisar a situação e a efetividade das diversas fontes de financiamento relacionadas ao desenvolvimento sustentável, e recomendar até 2014 medidas de melhoria.
- **Parágrafo 283:** recebe os compromissos voluntários para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza registrados durante a Rio+20, e convida o secretário-geral da ONU a compilá-los e a manter uma base na internet para seu acompanhamento e continuidade.

Há, porém, graves omissões que despertaram atenção e críticas, como a ausência de menção ao conceito de limites planetários e aos direitos reprodutivos das mulheres, e o fraco encaminhamento de temas como a proteção aos oceanos e a eliminação dos subsídios aos combustíveis fósseis.

"A 'régua' subiu, mas ainda não existe arcabouço macroeconômico para dar suporte à transição", diz Young

a sociedade civil passou a ter alguma voz, mas por outro é uma voz ainda sem poder decisório."

O resultado é que pequenos núcleos dessa sociedade se dispersaram na cidade de trânsito caótico durante a Rio+20. Acadêmicos reuniram-se na PUC, na Gávea; empresários no Hotel Windsor, na Barra; as ONGs no Flamengo; e os economistas ecológicos no Centro da cidade. Dividir para conquistar? A população carioca, apartada da própria cidade que acolheu a Conferência, teve de conviver com batedores das comitivas oficiais, destacados pelo governo brasileiro, que travavam o trânsito com suas motos, sirenes e, segundo relatos, até chutes na porta de carros – além de um atropelamento.

Enquanto as manifestações se espalhavam em marchas difusas, o setor privado "cosmopolita", para usar o termo de Feldmann, mostrou foco. Tem uma percepção de que a transição acontecerá cedo ou tarde e agora a preocupação é participar dela da maneira mais vantajosa possível. A questão é: como migrar para uma nova economia com tanto investimento já aportado na velha economia? Como diz Marina: "Uma produção mais descentralizada de energia é um sonho, mas alguém levantou: 'Isso vai deixar na mão quem já investiu tanto em grandes hidrelétricas'".

SOLAVANCOS

A escolha será pela adaptação planejada ou pela dor. Ricardo Abramovay, professor titular do Departamento de Economia da FEA-USP, lembra que relatórios de consultorias como KPMG, McKinsey e Price não passam a mão na cabeça das empresas. "Todos esses estudos dizem que o *business as usual* está condenado." Por exemplo, para cada dólar de lucro, se forem descontados os custos ambientais relativos a água, clima e resíduos, deveriam ser subtraídos **41 centavos**. Isso indica que as empresas estão no limiar de novas fontes de risco, passando a ter de pagar pelo que não pagam hoje. "Como elas vão fazer? Precisam se preparar", diz.

"A 'régua' subiu, mas ainda não existem arcabouço e instrumentos macroeconômicos para dar suporte a essa transição", diz Ricardo Young, empresário e conselheiro do Instituto Ethos. "As pessoas no núcleo duro ainda não trabalham com isso, estão ocupadas em operar o sistema em um prazo que passou de curto para curtíssimo [*por conta da crise financeira*]."

O caminho será pressionar pelas bordas. Da Rio+20, saíram mais de 700 compromissos voluntários entre empresas, academia e ONGs, que movimentarão US$ 513 bilhões na próxima década, e mostram o fortalecimento dos espaços autônomos (*veja quadro à pág.* 22).

É possível que a pressão que resulta de uma opinião pública mais amadurecida quanto ao tema do desenvolvimento sustentável esteja influindo no núcleo duro – a ponto de termos o Banco Central submetendo à consulta pública duas propostas sobre a responsabilidade socioambiental das instituições financeiras (*mais em reportagem à pág. 43*), e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) defendendo a taxação de produtos e serviços poluentes e a eliminação dos subsídios aos combustíveis fósseis. Iniciativas inimagináveis há bem pouco tempo.

NO FUNDO DO ÔNIBUS

Ainda assim, a visão dos "sustentabilistas" é que o atual governo anfitrião deixou passar uma oportunidade única de liderar essa transição histórica que começamos a viver.

Dias antes do desfecho da Conferência, Marina Silva tentou passar um recado, dizendo que "temos uma mulher no Velho Mundo [*Angela Merkel*] liderando a busca de saídas para a crise econômica no mundo. E temos a oportunidade de uma mulher no Novo Mundo liderar a busca de saídas para a crise civilizatória".

Mas, para Feldmann, essa oportunidade foi jogada fora. "[*Fernando*] Collor se saiu melhor que Dilma [*Rousseff*] – e isso há 20 anos. O Brasil não percebeu a liderança que se espera dele. Sob o pretexto de que é anfitrião, não quis assumir risco. Seu grande desejo é o assento no Conselho de Segurança da ONU. Mas, se fosse reconhecido como líder, aceleraria esse processo", avalia.

Segundo uma fonte que prefere não se identificar, já se ouviu que a presidente Dilma não acredita que o aquecimento global seja causado pela ação humana – o que faz toda a diferença na condução de um processo como o da Rio+20.

Gro Brundtland, que liderou a comissão responsável por cunhar o termo "desenvolvimento sustentável" **em 1987**, afirma à Página22: "As pessoas são mais importantes que as decisões dos governos. Somos nós que devemos chamar os líderes a mudar. Precisamos chacoalhar toda a sociedade. Não é suficiente apenas apoiar líderes. Precisamos ser os próprios líderes e estamos todos juntos nisso". (*colaborou Juliana Arini*)

Informação à página 56 do relatório *Expect the Unexpected: Building business value in a changing world*, da KPMG

Ano de publicação do relatório *Nosso Futuro Comum*

[CRÔNICA]

O planeta não está nem aí pra você

Desculpe se, ao dizer isso, melindrei os corações mais sensíveis, mas trata-se da mais pura verdade **POR EDUARDO SHOR ***



Não é necessário ir muito longe para perceber que o planeta não está nem aí pra você. Coloque os pés fora de casa rumo àquele compromisso importantíssimo e verá que uma chuva repentina é capaz de pôr a perder qualquer pretensão de você chegar no horário marcado, com direito a congestionamento, roupa molhada e resfriado.

O mundo é insensível aos seus objetivos, ainda que pareçam nobres. Uma reunião de trabalho, o aniversário da mãe, um voo de volta para casa, uma noite de amor, nada passa impune ao mau tempo – nem a outros mandos e desmandos da natureza. Tudo pode ser cancelado e adiado ao bel-prazer das nuvens, do vento ou das placas tectônicas. Assim mesmo, nada democrático. Eles tampouco vão avisar para você remarcar a agenda com antecedência.

Quer saber outra? A Terra não é sua amiga. Esqueça essa história talvez contada por uma professora no Jardim de Infância – aquele saudoso paraíso de onde após os primeiros 12 anos ser expulso é inevitável, na maioria dos casos. A cobra não vai te oferecer uma maçã, pois faz tempo que maçãs não tiram a castidade de ninguém. Pode ser, porém, que a TV e a internet lhe apresentem um bom automóvel. E a Terra não costuma cultivar amizade com um sujeito que se junta a milhões de outros sujeitos para jogar gás carbônico em excesso na atmosfera. Ou você envia flores para o vizinho que lança lixo no seu quintal?

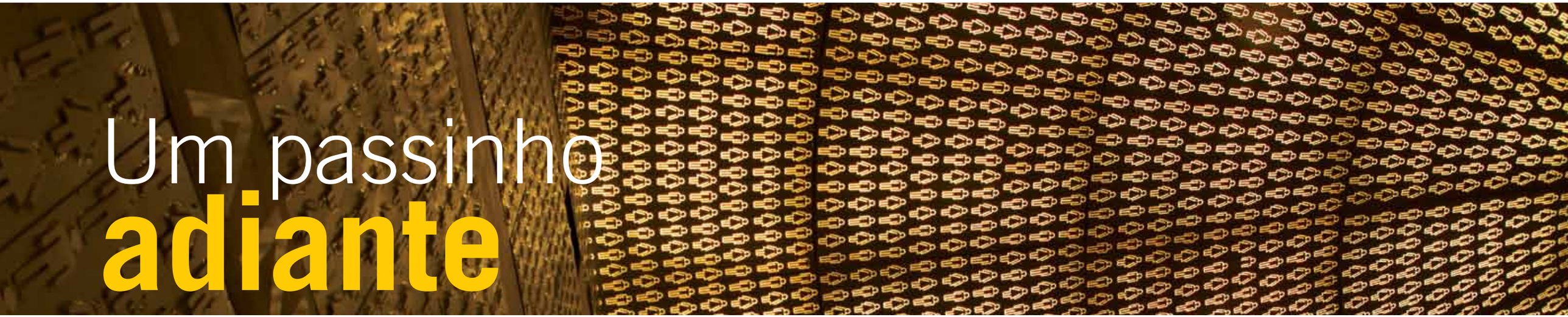
A Terra, nesse ponto, dá uma lição de humildade e paciência. É diferente. Apesar de modelos já esgotados de organização, consumo e produção, ela continua enviando flores, água potável, alimentos, céus estrelados em alguns cantos, um belo pôr do sol em outros, dias agradáveis e vida. Possivelmente, quer apontar o benefício de um mundo saudável, seduzindo-nos com praias maravilhosas, florestas ricas em biodiversidade e ar puro. Sabe-se lá por que razão.

O planeta, de outra maneira, poderia estar quieto, como se nada estivesse ocorrendo. Mas não. Embora não esteja nem aí pra você nem seja sua amiga, a Terra se manifesta descongelando uma geleira aqui, subindo a temperatura das cidades ali ou o nível dos oceanos acolá. Também incentiva desastres climáticos em várias regiões, sem se importar se atingiu ricos ou pobres.

É como quem diz. Experimente, então, não reciclar. Experimente não fazer uso mais racional dos recursos naturais. Continue entupindo as ruas de carros, sem dar preferência para o transporte coletivo e, quando possível, às bicicletas. Experimente não parar para pensar. Não planejar o crescimento. Desmate a Amazônia, depene a Mata Atlântica. Lance esgoto nos rios e mares. Consuma em excesso, produzindo seus bens sem qualquer preocupação com o equilíbrio ecológico. Você vai ver o que acontece. Quem avisa planeta é.

Se nada mudar, a Terra continuará o seu tradicional percurso que já faz há bilhões de anos, adaptando-se mais cedo ou mais tarde às consequências de tudo isso, até se recompor. A humanidade, por sua vez, depois de passar horas no engarrafamento, não conseguirá ver a luz no fim do túnel. A exemplo do que disse o economista Sérgio Besserman, chefe da comissão carioca na Rio+20: "Quando falamos em destruição do planeta, usamos o termo errado. O planeta encontrará meios de se recuperar, a longo prazo, como sempre fez. O problema está no futuro que nós, humanos, teremos se não agirmos logo".

* JORNALISTA



Um passinho **adiante**

O Pnuma sai mais forte, mas permanecem sem resposta questões como a maior participação da sociedade civil nas tomadas de decisão e qual será o órgão que servirá de guarda-chuva para as convenções existentes

POR JULIANA ARINI FOTOS AGÊNCIA IMAGENS DO POVO

Unir esforços para pensar em termos globais não está entre as grandes virtudes da humanidade. A própria história das Nações Unidas vem de uma iniciativa fracassada: a Liga das Nações, com sede na Suíça, formou entre 1919 e 1946 uma primeira tentativa de aliança entre os Estados modernos na busca de entendimento em prol da paz mundial. Sem a adesão dos Estados Unidos, a entidade nunca teve força e se dissolveu ao fim da Segunda Guerra Mundial. A ONU surgiu, em 1945, para dar um passo adiante. Hoje tenta trazer para a mesa das negociações mundiais 193 Estados-membros.

Desde 1990, quando os EUA decidiram invadir o Kuwait, dando início à Guerra do Golfo, a real capacidade da ONU de garantir a paz no planeta passou também a ser questionada. Uma situação agravada pelo ato terrorista de 11 de setembro de 2001 e pela posterior invasão americana do Iraque.

Um contexto complicado quando o tema é governança ambiental, que requer uma ação fundamental para mudarmos os rumos suicidas de nossa sociedade. Os cientistas concordam com dois padrões preocupantes. O primeiro é o acelerado ritmo de destruição do capital natural do planeta por nosso modo de vida, que, segundo dados da Global Footprint Network, vai exigir dois planetas até 2030. O segundo é o consenso científico de 2.500 pesquisadores de todo o mundo. Eles alertam que, se nossa sociedade continuar a emitir gases que causam o efeito estufa no atual ritmo, em menos de cinco décadas causaremos danos irreversíveis ao equilíbrio climático da Terra.

Criar uma agência global para as decisões ambientais seria uma forma de mudar esses rumos. Ou ao menos conquistar acordos para esse fim. Mas qual seria o melhor formato para essa proposta? A pergunta seguiu indefinida na Conferência Rio+20. A assinatura de um documento no qual 188 países acordaram buscar o desenvolvimento sustentável não conseguiu definir uma instância decisória que possa guiá-los para esse caminho.

Uma rara esperança na Rio+20 foi a resolução em prol do fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). "Agora o Pnuma salta da participação de 59 países para todos os membros da ONU (193), o que empodera a entidade, que também contará com um reforço em seu orçamento", diz Achim Steiner, o diretor do programa, com sede em Nairóbi, no Quênia. Mas as decisões finais sobre como será a atuação desse novo Pnuma ocorrerão apenas na 67ª sessão da Assembleia-Geral da ONU, em setembro próximo.

Fortalecer o Pnuma foi uma das conquistas da Rio+20, porém não preenche todas as lacunas que envolvem a governança ambiental. Questões como a maior participação da sociedade civil nas tomadas de decisão e qual será o órgão que poderá servir de guarda-chuva para as convenções existentes, como a da biodiversidade e a do clima, permanecem sem resposta.

FÁBIO CAFF / IMAGENS DO POVO

Para o presidente francês François Hollande a solução para a governança ambiental é criar uma Agência Ambiental Mundial. A ideia é uma herança de seu antecessor, Nicolas Sarkozy, que defende a criação de uma entidade que funcionaria como as outras agências do sistema ONU, tal qual a Unesco, por exemplo.

A principal função da nova Agência do Meio Ambiente seria monitorar a implementação das convenções e outros tratados ambientais mundiais. "Se conseguirmos criar essa agência, vamos ter ingerência sobre os acordos que já existem, sem perdermos a força conquistada por esses processos", diz Hollande, durante sua passagem pela Rio+20, onde reafirmou o compromisso de continuar lutando pela criação da agência.

Estabelecer o Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável foi outra decisão significativa da Rio+20 no tema da governança. Apesar de ser uma conquista do Brasil, um dos principais defensores da ideia, sua real aplicação ainda é uma dúvida, dada a forma vaga como o texto trata do assunto. Uma nova parceria pode ser a semente para essa atuação. A criação de um Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, o Centro Rio++, com sede no Rio de Janeiro, formado por meio de cooperação entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), governos locais, universidades e 25 instituições internacionais foi a grande aposta. A proposta do Rio++ é que ele seja um gerador de pesquisas e estudos que guiem governos e empresas para o desenvolvimento sustentável.

A estratégia brasileira não foi bem recebida pela maioria. Apesar do acordo final, o texto assinado foi considerado sem foco. O canadense Maurice Strong – idealizador da Conferência de Estocolmo, em 1972, semente da Rio 92, organizada por ele – é taxativo ao se referir ao documento votado em 22 de junho. "Tem alguns avanços interessantes, mas no geral o texto é muito fraco diante do tamanho das mudanças que precisamos empreender para de fato termos o tão sonhado desenvolvimento sustentável", diz Strong, hoje consultor do governo chinês. "É um erro esse argumento de que as questões econômicas são um obstáculo às mudanças."

NÃO NOS REPRESENTAM

Os movimentos sociais também ficaram insatisfeitos com os rumos da governança ambiental. Uma das grandes expectativas era que se incluíssem de forma inédita representantes da sociedade civil nas decisões coletivas futuras sobre o meio ambiente.

O texto final da Rio+20 revelou-se o oposto da proposta. E, em forma de protesto, um grupo de 50 ONGs, lideradas pelo Greenpeace, o WWF e a Oxfam, solicitou ao governo que fosse retirada do texto oficial a expressão "com participação plena da sociedade civil".

Um manifesto contra a falta de compromissos, metas e objetivos concretos da declaração final da Conferência ganhou a adesão de personalidades de peso do mundo ambiental, como Ashok Khosla, diretor da IUCN; o conservacionista Thomas Lovejoy; a indiana Vandana Shiva, que advoga pela segurança alimentar; a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva; e Fabien Cousteau, neto do oceanógrafo Jacques Cousteau.

Em um encontro paralelo à Rio+20, um grupo de intelectuais liderados pelo filósofo francês Edgar Morin apresentou uma proposta alternativa de governança. Diante da lentidão dos governos na busca de um entendimento, o grupo lançou a proposta de criar um Tribunal Moral (*mais em* Estalo *à pág.* 31).

A ideia seria estabelecer um fórum democrático de discussão, independente de governos e instituições. "O tribunal pode ajudar a dar voz para parcelas da população que são esquecidas em outros debates, ou que estão sem acesso à justiça tradicional", afirma o senador Cristovam Buarque, um dos políticos brasileiros que apoiam a proposta.

"Todos os problemas da humanidade têm origem na falta de ética e na ausência de pluralidade nas decisões de impacto coletivo", afirma Edgar Morin, sociólogo e presidente emérito do Centro Nacional de Pesquisa Científica da França. "Nossa proposta é criar um debate democrático e acessível por todos os povos do planeta, e no qual se restabelece a ética no centro das decisões."



ROSILENE MILIOTTI / IMAGENS DO POVO

Juntos, mas nem tanto

Do Riocentro às ruas, a sociedade civil esteve em todos os espaços físicos e virtuais da Rio+20, no primeiro evento desse porte desde o advento da web e das redes sociais. Ocupou brechas e espalhou sua voz. Mas também se desarticulou e não soube cantar a mesma canção **POR THAÍS HERRERO FOTOS AGÊNCIA IMAGENS DO POVO**

No Brasil de 1992, de democracia recém-consumada pelas urnas e pela nova Constituição, não se sabia ao certo o que era ser "sociedade civil". Naquele ano, em particular, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Rio 92, foi uma motivação para que brasileiros e brasileiras se encontrassem na beira da Praia do Flamengo e se redescobrissem como cidadãos, tanto de sua própria terra como do mundo. O Fórum Global, que reuniu 17 mil pessoas paralelamente ao evento das Nações Unidas, abriu o espaço para a troca de ideias e a formação de várias organizações não governamentais.

Vinte anos depois, como se comportou esse grupo? À Rio+20 chegou uma nova sociedade civil. Diferente como o mundo, o Brasil e os problemas que enfrentamos. "Hoje a sociedade civil tem voz, mas tem também responsabilidades e é cobrada", avalia o ambientalista, consultor e ex-secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo Fabio Feldmann.

No Rio de Janeiro do século XXI, a pluralidade de bandeiras circulava livremente, como deve ser em uma democracia. No mesmo Aterro do Flamengo de 1992, só a Cúpula dos Povos recebeu 30 mil pessoas por dia. Havia espaço para todos, desde os que colhiam assinaturas para exigir do governo a inclusão da homeopatia nos seguros de saúde até os clássicos ambientalistas.

Essa multiplicidade teve seu ápice na Marcha Global da Cúpula dos Povos. Os organizadores falaram em 80 mil participantes, mas a Polícia Militar insistiu em enxutos 20 mil. Independentemente da quantidade, ali se viu de tudo. Enquanto, em um caminhão de som, agitadores do PSTU gritavam "fora ONGs imperialistas", a 100 metros dali ativistas do Greenpeace cantavam e dançavam a marchinha do Desmatamento Zero. Mais atrás, feministas cantavam e tocavam tambores floridos. A poucas passadas, já era possível ouvir outro coro. Vinha de um grupo de bolivianos que discursavam sobre a questão migratória.

Para Mario Mantovani, diretor da SOS Mata Atlântica, esse caldeirão misto é o que dá tempero às grandes conferências e encontros, como o Fórum Social Mundial e a Rio+20. "Ver os outros movimentos ativos, as pessoas que erguem o braço e gritam 'vamos lá' é o que te faz pensar 'quero fazer parte disso'. Aqui (*no Riocentro*) você entra e logo brocha", diz, enquanto almoça no pavilhão de alimentação – de preços exorbitantes.

PULVERIZAÇÃO E DESENCONTRO

Fica a dúvida se podemos chamar a massa que foi à Marcha Global de crítica. Muitos eram os gritos, mas não havia um sentido comum unindo as vozes. Entre tantas camisas, cada grupo cantava uma canção particular. O movimento Floresta Faz a Diferença bem que tentou: distribuiu camisetas e até criou um sambinha ao estilo "caia na Sapucaí", mas que ficou restrito a um círculo.

"Quando estive no Fórum Global, em 1992, fiquei apaixonada pelo que vi", conta Suzana Padua, presidente do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). "Havia ali uma vibração diferente. As pessoas se olhavam com esperança e viam o futuro, como se fosse possível salvar o mundo", conta. Já o que viu na Cúpula e na Marcha na Rio+20 foi um clima de combate e indignação. "Ninguém acredita mais nos governos, mas não sabemos como mudar a situação", diz.

Em 1992, a mobilização no Fórum Global foi forte porque estava lá toda a sociedade civil: acadêmicos, empresários, ongueiros, estudantes, artistas e quem mais não tivesse um crachá para entrar no evento oficial da Rio 92. E, como só as delegações de governo o tinham, o Aterro do Flamengo acolheu as pessoas que se reuniram para ter voz. Era natural esperar que de lá o som saísse em alto e bom tom. Na Praia do Flamengo de 2012 parecia haver um encontro arranjado, no qual os convidados não se empolgavam muito.

Outra marca da Rio+20 foi a quantidade de eventos pela cidade. A oferta era tanta que parecia não haver um ponto comum de encontro. Empresários foram ao Hotel Windsor, acadêmicos e cientistas, à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), e a maioria das ONGs ficou no Aterro do Flamengo. O Forte de Copacabana, o Píer Mauá e o Museu de Arte Moderna (MAM) também foram locais importantes, cada um, claro, no seu quadrado.

"A Rio+20 foi dispersa. Agora, temos de entender o que aconteceu em cada um desses espaços e tentar articular os resultados", diz Aron Belinky, coordenador de processos internacionais do Instituto Vitae Civilis. Já Suzana Padua, do IPÊ, acredita que a pulverização teve um ponto positivo: espalhou o debate do desenvolvimento sustentável por toda a cidade.

SEM COR, SEM SOM

As portas do Riocentro desta vez foram abertas à sociedade civil que conseguiu se credenciar. Nos primeiros dias da Conferência,



DILLIANY JUSTINO / IMAGENS DO POVO



AF RODRIGUES / IMAGENS DO POVO

os pavilhões do local eram habitados por manifestantes pacíficos. À medida que o documento final passou a ser definido, vozes indignadas foram surgindo, multiplicando os cartazes e os protestos pelos corredores. “Disseram que a Cúpula não estava repercutindo nas discussões do documento oficial, aí o movimento das ONGs se deu conta de que era hora de fazer barulho no Riocentro”, conta Mantovani.

Poucas manifestações, porém, foram espontâneas em território oficial da ONU. Para protestar era preciso uma autorização, solicitada 24 horas antes. Um grupo de jovens aceitou a burocracia, mas só até certo ponto. No dia 21, eles se reuniram e ergueram o cartaz “O Futuro Que Compramos”. “O documento final parecia atender aos interesses de grandes corporações e não das pessoas”, explica Juliana Russar, coordenadora da ONG 350.org. O grupo cresceu até 200 pessoas, que decidiram abandonar o barco da Rio+20 de vez. Já que não tinham mais nada a perder, marcharam cantando e quebraram o protocolo. Passaram pelos seguranças e entregaram seus crachás. [1]

“Manifestação autorizada”, para Juliana, é um contrassenso. “É importante para a ONU e para os governos ter a sociedade civil presente na Conferência. Só que, quando queremos cumprir nosso papel, eles nos reprimem”, protesta.

CONECTADOS

Um aspecto invariável presente em todo esse cenário sociopolítico foi o uso das tecnologias de comunicação. Se, há 20 anos, mal sabiam a que vinham, agora, as pessoas sabem que carregam em seus bolsos poderosas ferramentas de informação e mobilização. E contra isso a burocracia da ONU nada pode.

Se o documento final não satisfez a população, nada melhor do que uma petição que pressione os governos. A rede Avaaz lançou uma campanha contra os subsídios aos combustíveis fósseis e conseguiu reunir mais de 500 mil assinaturas pedindo à presidente Dilma que reabra as discussões. A ONG 350.org fez um documento parecido e teve mais de 1 milhão de adesões. Também fizeram um “tuitaço”, no dia 17 de junho, que contabilizou 100 mil pessoas reproduzindo nas redes sociais a frase #EndFossilFuelSubsidies, (fim dos subsídios aos combustíveis fósseis). [2]

Ao lembrar de 1992, Feldmann mostra como seria difícil competir com a agilidade tecnológica de hoje: “Vim para a Rio 92 com meu primeiro celular: pesava 6 quilos e custava um Fusca”. Mantovani vai mais longe. “Em 1973, quando trabalhei com as questões da Conferência de Estocolmo, usávamos um mimeógrafo. Você nem deve saber o que é”, brinca com a repórter. A máquina de copiar criava folhas roxas com cheiro forte de álcool, que eram distribuídas uma a uma pelo correio. “Agora você mostra tudo na hora e não há limites. Sem dúvida, foi a Conferência mais conectada que a ONU já viu.”

Exemplo disso foi o registro de confrontos ocorridos pós-Marcha Global. Pouca gente viu que, depois da dispersão da massa, na frente da Biblioteca Nacional, um grupo de pelo menos cem pessoas permaneceu por lá, se manifestando, até que a Polícia Militar os tirou de lá à base do gás de pimenta. Tudo foi registrado com câmeras de celulares e no dia seguinte as cenas já haviam ganhado a rede. [3]

“Hoje, qualquer um é fotógrafo, cineasta, editor de imagens, disseminador de informação. A internet e as tecnologias democratizaram a divulgação de qualquer informação”, diz Cássio Martinho, coordenador da Escola de Ativismo. O perigo? Não sabermos o que fazer e filtrar tudo o que chega até nós. “Há algumas décadas, corríamos o risco de sofrer de inanição de informação. Agora, o risco é a indigestão”, conclui Mantovani.

"Há algumas décadas, sofríamos de inanição de informação. Agora o risco é a indigestão", diz Mantovani

[1] O vídeo da ação pode ser visto em vimeo.com/44625148 [2] Acesse as petições em goo.gl/LpJGT e goo.gl/kkjoq [3] Assista ao vídeo em goo.gl/mT5rH

[ESTALO] Uma nova ideia por mês

Dia do juízo futuro

Julgar decisões empresariais e públicas que ameaçam as gerações futuras e a natureza é a ideia de uma corte liderada por ambientalistas e intelectuais, como Edgar Morin **POR THAÍS HERRERO**

Um tribunal para julgar crimes que ainda farão suas vítimas. No banco dos réus sentarão empresas ou governantes – seja apenas uma pessoa, sejam grupos enormes, não importa. Os juízes seguem leis morais e éticas e a punição é a reprovação da população.

Essa é a ideia do Tribunal Moral para crimes contra a humanidade e o meio ambiente, instância autônoma e independente dos governos nacionais e presidida por pensadores de vários países e áreas de formação. Pensada por um grupo de intelectuais, entre eles o filósofo francês Edgar Morin e o senador brasileiro Cristovam Buarque, a proposta foi apresentada no evento “A Terra está inquieta”, encontro paralelo à Rio+20 na Escola Sesc, em Jacarepaguá.

O Tribunal Moral é uma forma de complementar os sistemas judiciários que tratam de crimes já cometidos e com vítimas consumadas. Vai abranger também crimes ambientais, que nem sempre têm uma legislação bem definida. “Sempre se julga no presente algo do passado. Nós vamos julgar o crime que terá repercussão no futuro”, explica Morin.

Poderia passar pelo tribunal, por exemplo, o acidente nuclear de Fukushima, no Japão, ou a atividade das indústrias de amianto. A exploração desse produto ainda ocorre em muitos países, como o Brasil, mesmo sendo comprovadamente cancerígeno.

Como a ideia é justamente não esperar que surjam vítimas, a francesa Eva Joly, membro do Parlamento Europeu e do grupo de discussão do tribunal, lembra da situação da população da Argélia. Nos anos 60, a França fez testes com armas nucleares em território argelino e enterrou em local desconhecido os dejetos. Até hoje a localização é mantida como segredo de Estado e deve ficar assim por cerca de 100 anos, colocando os argelinos e o solo local em risco de contaminação.

Parte da inspiração veio do Tribunal Russell, criado pelos filósofos Bertrand Russell e Jean-Paul Sartre. A corte avaliou a política externa americana e a intervenção militar no Vietnã, após a derrota francesa de 1954. A partir desse, outros tribunais semelhantes foram criados com seu nome. Nos anos 70, o 2º Tribunal Russell, por exemplo, denunciou violações dos direitos humanos pelas ditaduras militares no Brasil e em países da América Latina.

E, já que a democracia é fundamental para os idealizadores do Tribunal Moral, a proposta é que o processo penal se dará de forma pública, transparente e participativa. O grupo responsável pelo julgamento escolherá os casos para denunciar e criará documentos com prós e contras. Isso vai para a internet e todos os cidadãos poderão votar se consideram os fatos crimes ou não. O parecer final será dado pelos membros do tribunal, levando-se em conta o resultado da votação.

Não está prevista, no entanto, uma punição tradicional, mas, sim, um parecer moral da sociedade que apoiará ou não o caso. Segundo Cristovam Buarque, o objetivo é tornar difícil para um país ou uma empresa manter um projeto que seja moralmente condenado por todos. “Podemos barrar, por exemplo, a construção de uma usina nuclear”, diz.

A corte moral também pretende julgar crimes como o monopólio de informações por grandes corporações midiáticas ou por governos. Morin lembra que o governo americano divulgou a existência de armas de destruição em massa no Iraque para obter apoio na guerra, em 2003. “Só quando o país foi invadido soubemos que era uma mentira. O ex-presidente George W. Bush não foi julgado, seus colegas não foram e, ao que parece, não vamos julgá-los agora”, diz.

Outros dois tipos de crimes que poderão passar pela corte moral serão os “que ameaçam a unidade da espécie humana” e “que desrespeitam a diversidade cultural”. Segundo a proposta do Tribunal, a globalização está condenando tradições,



FRANCISCO VALDEAN/ IMAGENS DO POVO

idiomas e até visões de mundo. Para Cristovam Buarque, uma usina hidrelétrica, como Belo Monte, que altera a vida das pessoas da região onde é instalada, pode comprometer a cultura de um povo.

Para o jurista francês Michel Prieur, presente no lançamento da proposta, os tribunais tradicionais fracassaram e são incapazes de garantir a segurança da humanidade e das futuras gerações. “Quem enfrenta as questões ambientais tem dificuldade de achar um tribunal tradicional”, diz.

Segundo o documento que explica o Tribunal, estamos diante de uma crise ambiental, econômica e social devido ao modelo econômico que implantamos, dissociado da ética e sem regulação.

“A crise é sobretudo ética, pois é a ética que pode resgatar o compromisso da economia e dos governos com o bem-estar das populações”, diz o documento. Assim, o tribunal seria um instrumento para mudança e para mobilizar as pessoas a reivindicar novas políticas, novas formas de produção e estilos de vida.

“A morte em jogo é a da humanidade. Hoje, os Estados Nacionais estão se fazendo de mortos e nós aqui vamos nos fazer de vivos”, diz Prieur.

É pau, é **pedra**

A ilegalidade põe a pique o mercado da madeira tropical sustentável no Brasil

POR **GISELE NEULS** FOTOS **AGÊNCIA IMAGENS DO POVO**

Quantidade de madeira disponível na empresa. Se o sistema acusa que seu plano de manejo produziu 20 m³ de ipê, por exemplo, em tese ela tem isso estocado em seu pátio

A madeira tropical é um setor econômico importante para o Norte do País. Mais que isso, tem o potencial de se tornar uma importante atividade da economia verde e inclusiva em nada menos que 60% do território brasileiro *(ver mapa na versão digital desta reportagem)*. Cada emprego direto nesse setor gera mais dois postos de trabalho indiretos na própria Amazônia. Se manejada adequadamente, a madeira é um recurso renovável que contribui para a manutenção da floresta em pé. Seria o casamento perfeito entre geração de renda e conservação – não fosse a ilegalidade, problema tão velho quanto o próprio ciclo da madeira na região, e que põe a perder as iniciativas do setor privado para desenvolver uma economia sustentável da floresta.

A partir de 2005, o governo federal endureceu o combate ao desmatamento ilegal, cuja taxa vinha frequentando a casa dos 20 mil quilômetros quadrados anuais desde 1998. Além das inúmeras operações conjuntas do Ibama e da Polícia Federal, que fecharam centenas de serrarias, as ações vieram acompanhadas da criação do Serviço Florestal Brasileiro e de um conjunto de mudanças na gestão florestal. A extinção da Autorização de Transporte de Produtos Florestais, a famigerada ATPF, foi uma delas. Preenchida à mão e facilmente comprada no mercado ilegal de madeira, a ATPF foi substituída por um sistema eletrônico, o Documento de Origem Florestal (DOF), e seus similares estaduais, como o Sisflora utilizado em Mato Grosso e Pará. O objetivo era reduzir drasticamente a ilegalidade, tornando mais difícil vender madeira ilegal.

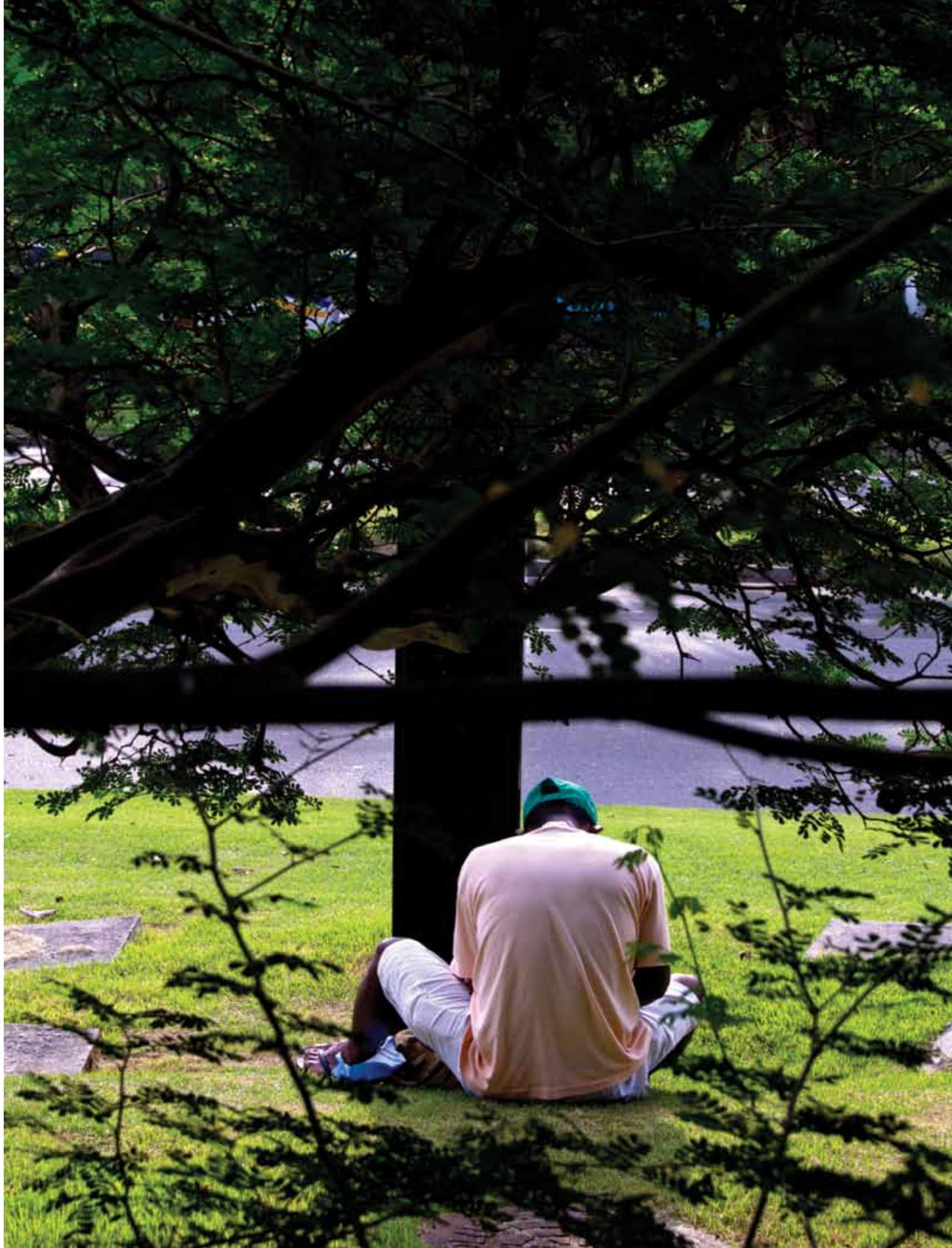
Outras duas medidas tinham como objetivo evitar desabastecer o mercado: a descentralização da gestão dos planos de manejo florestal para os estados e a concessão das florestas públicas para produção de madeira manejada.

Mas, para Roberto Waack, diretor da Amata, uma das empresas com concessão na Floresta Nacional do Jamari, o mercado está tão ruim quanto em 2006, com um agravante: está ainda mais fácil vender madeira ilegal. Assim, sua madeira produzida de forma sustentável no Jamari compete no mercado com uma madeira falsamente legal produzida com um custo operacional até 60% menor. *(mais em reportagem "Parece, mas não é", edição 60, e em* Artigo *nesta edição, à pág. 36)*

OS MEANDROS DA ILEGALIDADE

No Pará, maior produtor nacional, o procurador da República Bruno Valente diz que há um comércio intenso de **créditos florestais** utilizados para esquentar madeira ilegal. "A movimentação de papel não obedece à lógica econômica da cadeia produtiva." Em seu levantamento, Valente identificou empresas de comércio vendendo créditos para serrarias, empresas de Belém vendendo para o interior, madeira saindo de uma extremidade para outra do Estado em modais de transporte caríssimos ou em tempo irreal. Em vez da ATPF falsificada, agora tudo isso chega ao consumidor com um documento legítimo.

Depois da descentralização, não faltaram denúncias de planos de manejo sobre rios e pastagens ou com previsão de extração acima da real capacidade da área. Peças de ficção que esquentam madeira ilegal retirada de áreas protegidas e desmatamentos não autorizados. Roberto Waack diz que a descentralização é importante para dar agilidade aos negócios, mas, da forma como foi



DAVI MARCOS/IMAGENS DO POVO



FÁBIO CAFFÉ/IMAGENS DO POVO

O governo federal, grande consumidor em obras de infraestrutura e habitação, não dá preferência para a madeira das concessões

feita, fez com que o Estado perdesse o controle sobre a origem da madeira. A solução estaria no aprimoramento das ferramentas de controle da madeira de forma a integrar novamente toda a informação sobre o setor, sem necessariamente centralizar a gestão novamente.

Um caminho seria uma espécie de Renavam da madeira. Assim como o Registro Nacional de Veículos Automotores permite rastrear veículos em qualquer estado, o país deveria ter um sistema que informasse a origem exata da madeira consumida. Para isso, Waack diz que o sistema precisa de três pontos: que todos os planos sejam georreferenciados, que a madeira seja rastreável e que o DOF tape seus buracos – incluindo filtros que impeçam, por exemplo, que uma tora percorra 1.200 quilômetros em menos de 2 horas.

O governo federal reconhece que precisa aperfeiçoar o DOF e diz que não está parado. Segundo o diretor de Concessões e Monitoramento do SFB, Marcus Vinícius da Silva Alves, o governo está desenhando um sistema de cadeia de custódia para a madeira das concessões florestais. Este seria o embrião de um sistema de rastreabilidade que permitiria ao consumidor final saber se a madeira de sua mesa foi obtida de um reflorestamento ou de um plano de manejo.

MERCADO EM MUTAÇÃO

A boa notícia é que, com a queda do desmatamento, o manejo está se tornando a única opção para obter madeira tropical no País. O monitoramento e o controle do desmatamento estão cada vez mais eficientes, embora a responsabilização ainda seja um ponto frágil – quase ninguém paga as multas. "Mais do que nunca, a única alternativa viável para a produção madeireira está nas concessões florestais", defende Marcus Alves, do SFB. Segundo ele, o principal estoque madeireiro da Amazônia está na mão dos governos federal e estaduais.

Metade das florestas nacionais existentes está na Região Norte, boa parte delas criadas a partir de 2000. Elas somam mais de 18 milhões de hectares e representam uma reserva econômica preciosa para um setor em transformação. Em 1998, o consumo de madeira tropical na Amazônia estava na casa dos 28 milhões de metros cúbicos, em 2009 ficou em 14 milhões. O pesquisador do Imazon Adalberto Veríssimo diz que o enxugamento do setor de madeira tropical deve seguir até estabilizar num volume entre 8 milhões e 10 milhões de metros cúbicos anuais. Mesmo o aquecimento no setor imobiliário não deve representar aumento na produção. A substituição da madeira por plástico, vidro e aço na construção civil, maior consumidor de madeira no país, parece ser outra tendência sem volta.

Não é o mesmo cenário visualizado pelo governo federal. Marcos Alves diz que as projeções do governo são de uma oferta 21 milhões de metros cúbicos de madeiras tropicais em 2020. E o governo quer que 100% disso sejam de origem sustentável. Para isso precisaria haver hoje 36 milhões de hectares de manejo nas florestas públicas federais e estaduais, além das reservas extrativistas, reservas de desenvolvimento sustentável e assentamentos em áreas florestais. Um plano ambicioso, mas de execução ainda muito lenta. Em seis anos, o SFB conseguiu pôr sob concessão apenas duas florestas nacionais. A concessões das florestas do Jamari, em Rondônia, e de Saracá-Taquera, no Pará, foram pilotos, e mostraram ao SFB que o processo ainda precisa de avanços, especialmente no que tange à relação com outros órgãos, como o Ibama e o ICMBio.

Para Waack, da Amata, aumentar a oferta de florestas públicas é fundamental. "Se o sistema de controle passasse a funcionar plenamente amanhã, seria um desastre, não haveria oferta de matéria-prima legal suficiente." Na avaliação do empresário, seriam necessários 32 milhões de hectares de florestas públicas manejadas para sustentar o mercado. Em abril, o governo publicou dois novos editais: um para a Floresta Nacional de Jacundá (RO) e outro para mais uma área de Saracá-Taquera. No segundo semestre, a previsão é de que entrem em licitação mais três florestas no Pará: Amaná, Crepori e Altamira. Juntando tudo, 1 milhão de hectares serão concedidos.

COMPRAS PÚBLICAS

Mas ainda falta dificultar o mercado para a madeira falsamente legal. O próprio governo federal – grande consumidor em suas obras de infraestrutura e habitação – não dá preferência para a madeira das concessões. Marcos Alves diz que essa é uma conversa já encaminhada com o Ministério do Meio Ambiente e outros agentes de governo, e espera ter novidades ainda este ano. Uma previsão otimista, considerando-se que uma medida como essa depende de tramitação no Congresso Nacional.

A Caixa, principal agente financeiro do setor imobiliário, poderia ter um papel fundamental na regulação do mercado se passasse a exigir a rastreabilidade, como defende Waack. Desde 2006 o banco passou a exigir a comprovação da origem florestal aos empreendimentos financiados. Não fossem as fragilidades do DOF, a medida teria realmente favorecido as empresas que operam de forma sustentável. Por meio de sua assessoria de comunicação, a Caixa diz que está ciente da possibilidade de fraudes, mas minimiza o tamanho do problema.

"Após a criação do Sistema DOF e de movimentação de documentos on-line, houve uma mudança enorme, aumentando muito as dificuldades para tais práticas ilegais." Na realidade, passa um verniz de legalidade em suas políticas ambientais e joga a responsabilidade de volta para os órgãos ambientais ao ressaltar que não cabe à Caixa averiguar a autenticidade de documentos, mas sim ao Ibama.

Contudo, é provável que nem mesmo uma ação arrojada como o mercado começar a exigir a rastreabilidade tornaria a madeira nativa carro-chefe da economia da Amazônia. Veríssimo, do Imazon, diz que a redução veio para ficar, mas, diferentemente de dez anos atrás, agora existem mais alternativas. "Serviços ambientais era conversa de intelectual, hoje já temos projetos-piloto", exemplifica.

Para o pesquisador, o futuro da economia florestal deve ser uma combinação entre manejo, florestas plantadas, restauração de floresta nativa para compensar passivos de Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, produtos não madeireiros e Pagamento por Serviços Ambientais. Na última década, o País tem dado passos moderados nessa direção. É hora de acelerar. [1]

[1] **Duas boas referências para entender o setor:** ***A Atividade Madeireira na Amazônia Brasileira: Produção, receita e mercados*****, do Imazon e SFB (acesse em bit.ly/KzuDSF); e** ***Madeira de Ponta a Ponta: O caminho desde a floresta até o consumo*****, do GVces (bit.ly/LmrJAC).**

[ARTIGO]

A economia da **floresta nativa**

Informalidade, ilegalidade e impunidade massacram um quarto "i", o das intenções **POR ROBERTO S. WAACK***

Em meio às expectativas frustradas e incongruências da Rio+20, a economia da floresta nativa brasileira continua assentada em dois pilares: a madeira ilegal e a comercialização de documentos para "esquentar" a madeira ilegal. Produtos madeireiros sustentáveis, não madeireiros e serviços ambientais continuam restritos a um conjunto esparso de casos empresariais e comunitários aqui e acolá. Não há escala transformadora. Imperam os três "is": informalidade, ilegalidade e impunidade. Três is fortíssimos massacrando um quarto i, o das intenções.



A maior parte das intenções relacionadas às formulações políticas dos últimos anos foram boas, mas acabaram por criar uma miríade de regras e burocracias que, ou impedem o desenvolvimento de atividades empresariais ou foram abduzidas por agentes oportunistas. No primeiro grupo, encontra-se a legislação que regulamenta o acesso à rica biodiversidade amazônica, absolutamente desestimulante ao desenvolvimento científico e tecnológico e às atividades empresariais. Trabalhar com produtos da biodiversidade brasileira é procurar encrenca burocrática, lidar com um labirinto legal e arriscar-se a receber multas complicadíssimas. No segundo grupo é onde se encontra o setor madeireiro.

Neste setor, podem-se agrupar as ações da política para florestas nativas em quatro categorias. A primeira relaciona-se a medidas de comando e controle impactantes, educativas e midiáticas. A segunda envolve a criação de um arcabouço jurídico para que as florestas públicas possam ser submetidas a manejo florestal sustentável por meio de concessões públicas – ação fundamental para que produtos florestais com origem conhecida sejam disponibilizados. A terceira refere-se a alterações no sistema de controle das transações e transporte de madeira com a criação do chamado sistema **DOF**. A última relaciona-se à descentralização das atividades de licenciamento da esfera federal (Ibama) para órgãos ambientais estaduais. Importante iniciativa para desobstruir o gargalo processual que se acumulava em Brasília.

O Documento de Origem Florestal (DOF), instituído pelo Ministério do Meio Ambiente em 2006, representa a licença obrigatória para o controle do transporte de produto e subproduto florestal de origem nativa

Todos os quatro grupos vão no sentido correto, mas estão longe de proporcionar um ambiente de negócios viável para operações legais. As medidas de comando e controle sufocam infratores, mas, em si, não criam alternativas para um mercado crescentemente demandante. Dependem de outras ações institucionais.

E as concessões de florestas públicas não decolaram na velocidade necessária, não despertaram interesse de grupos empresariais no volume adequado e não garantiram a oferta de áreas com escala relevante para uma boa equação econômica. A mudança do paradigma florestal e industrial de madeiras tropicais requer altos investimentos e perspectivas de retorno de prazos longos, bem diferente do sistema vigente de hiperexploração, exaustão florestal e migração contínua para novas áreas a serem degradadas.

Quanto ao sistema DOF , como está hoje, gera uma das maiores perversidades já observadas no ambiente competitivo da madeira tropical: a falsa legalidade. Entre as inúmeras fragilidades encontram-se planos de manejo falsos ou fantasmas, créditos fictícios, inserções ilícitas de créditos madeireiros no sistema, transferências fraudulentas de créditos e superexploração de planos aprovados. O Ministério Público Federal já documentou incongruências no sistema, como caminhões de toras que cruzam o território amazônico em tempos absurdos e modais e rotas impossíveis.

E a descentralização provocou perda de informação sobre a localização de planos de manejo aprovados e volumes de madeira autorizada para corte. Fortaleceu-se o mercado de venda de autorizações de exploração, valiosos, pois são geradores de créditos para o sistema DOF. Soma-se a isso a ineficiência no controle. A impunidade impera. As probabilidades de condenação a multas ambientais são praticamente nulas. Menos de 1% delas são aplicadas.

Tal situação é fatal para quem se propõe a atuar dentro da lei. A falsa legalidade documentou a ilegalidade e o mercado está plenamente satisfeito com isso, incluindo as compras públicas, diretas ou indiretas, como Minha Casa Minha Vida, PAC e obras dos grandes eventos.

Portanto, além de aumentar a oferta de florestas em concessões públicas com escalas relevantes, urge controlar a falsa legalidade por meio de aperfeiçoamentos no sistema DOF e nos sistemas de licenciamento de manejos, como filtros (grande parte das distorções podem ser capturadas pelo próprio sistema), georreferenciamento obrigatório de todas as licenças emitidas (via imagens de satélite), maior controle do rendimento de serrarias e da intensidade de exploração. É preciso também estimular mecanismos de mercado associados a compras públicas (diretas e indiretas). O governo, como consumidor de madeira, deveria exigir não só os mecanismos do sistema DOF, mas também comprovação da rastreabilidade completa da madeira. P22

* PRESIDENTE DA AMATA E MEMBRO DO CONSELHO INTERNACIONAL DO FSC

[COLUNA]

Cornucópia **transbordante**

Estaríamos caminhando – todos – para um estado de fartura universal em 2040. Acredite ou não, é o que advoga o livro *Abundância, o Futuro é Melhor do Que Você Pensa* **POR REGINA SCHARF***

O conhecimento e a tecnologia entraram numa fase de crescimento e democratização exponenciais. Hoje, um guerreiro Masai, do Quênia, dispõe de mais informação, pelo Google, ou o celular, que o presidente Bill Clinton há 15 anos. Essa revolução tornou o sequenciamento genético prosaico e barateou os computadores e as novas energias alternativas. Ela também estaria criando condições ótimas para que atinjamos, até 2040, um estado de fartura universal, em que todos terão acesso aos direitos básicos, da alimentação à energia de baixo impacto e à democracia. Repito: todos.

Esta é a premissa – para uns utópica; para outros, reconfortante – do livro *Abundance (Abundância, o Futuro é Melhor do Que Você Pensa)*, lançado nos Estados Unidos em fevereiro, com passagem rápida pela lista de best-sellers do *New York Times* e ainda sem tradução brasileira. Para os desconfiados, um alerta: não se trata de obra ingênua, edulcorada, mas de um levantamento minucioso de tendências promissoras em vias de amadurecer.



Peter Diamandis, autor, junto com o jornalista Steven Kotler, está bem posicionado para um exercício consistente de futurologia. Com passagem pelo Massachusetts Institute of Technology e a Universidade Harvard, onde estudou Medicina, Biologia Molecular e Engenharia Espacial, ele criou uma dezena de empresas hi-tech voltadas para a construção de astronaves privadas. Diamandis também dirige a X Prize Foundation, que levanta fortunas a serem doadas a quem encontrar soluções para desafios em várias áreas, da educação à biotecnologia.

O cenário de abundância descrito no livro estaria sendo favorecido por três fenômenos novos. Primeiro, a multiplicação de doações generosas dos chamados tecnofilantropos, multibilionários como Bill Gates que estão investindo em inovação e transparência, com foco global. Eles parecem dispostos a atacar problemas crônicos, como a fome, as doenças tropicais e a corrupção, que até aqui eram atribuição exclusiva de governos. É o caso de Mo Ibrahim, magnata das telecomunicações do Sudão que criou um prêmio de US$ 5 milhões (mais uma anuidade de US$ 200 mil pelo resto da vida) para presidentes africanos que encerrem seu mandato voluntariamente, dentro dos limites constitucionais.

O segundo fator que estaria potencializando a fartura é a mobilização dos inovadores domésticos. São indivíduos e pequenos grupos capazes de brincar com genética e desenvolver engenhocas no fundo do quintal e que franqueiam suas descobertas na web. O livro conta, por exemplo, como Chris Anderson, editor da revista *Wired*, desenvolveu um drone – avião manejado remotamente –, similar ao usado hoje em operações militares. Anderson utilizou informação da internet, materiais disponíveis no mercado e blocos Lego para montar uma pequena aeronave. Interessado em aperfeiçoá-la, criou uma comunidade virtual que acabou desenvolvendo uma unidade similar ao Raven, um drone para fins bélicos à venda por US$ 35 mil. Mas a aeronave concebida por Anderson e a rede de inovadores domésticos custou apenas US$ 300.

O terceiro fator é a emergência do que o livro chama de "bilhão emergente" – a fração da população global até aqui excluída do consumo, do empreendedorismo e da educação. Mas os extremamente pobres estariam se integrando a esse universo de riqueza potencial, graças, mais uma vez, à tecnologia. Diamandis lembra, por exemplo, que qualquer um que tenha um telefone conectado à rede, como os Masai, pode receber uma educação universitária. Demanda não falta. Os vídeos tutoriais da Khan Academy, publicados no YouTube, versam sobre mais de 3.200 tópicos, da álgebra à zoologia, e já recebem mais de 2 milhões de visitas mensais. (khanacademy.org)

A explosão tecnológica, os tecnofilantropos, os inovadores domésticos e o bilhão que começa a ascender constroem um círculo virtuoso em que os avanços se entrelaçam e se potencializam. Com mais educação e saúde, as famílias garantem a sobrevivência de seus filhos e aceitam reduzir as taxas de natalidade. Com energia barata, abundante e limpa, comunidades em áreas desérticas viabilizam unidades de dessalinização de água marinha, ganham qualidade de vida e a capacidade de empreender.

A cornucópia de *Abundance* é inebriante, sobretudo nestes dias de ressaca da Rio+20. O livro é, também, altamente convincente e inspirador. Mas a tecnologia não tem ideologia – seus usuários, sim. A disseminação do conhecimento não é, necessariamente, inofensiva. O drone de fundo de quintal pode ser um instrumento para monitorar incêndios e enchentes – ou uma arma. Por isso, enquanto esse dia de fartura total não chega, melhor não baixar a guarda. P22

* JORNALISTA ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE

Robin Hood verde

O Fundo Clima – que só deve liberar dinheiro em 2013 – usa dinheiro do petróleo para financiar negócios de baixo carbono

POR **MAGALI CABRAL**

Ao transferir recursos da exploração do petróleo para financiar a juros reduzidos projetos de adaptação e mitigação às mudanças climáticas por meio do Fundo Clima, o Brasil pratica uma política ambiental ao estilo Robin Hood, personagem associado aos programas de ajuda financeira ao desenvolvimento sustentável global. Falta ao Fundo Clima, entretanto, a agilidade do herói justiceiro da floresta de Sherwood.

Embora a lei que o instituiu como instrumento da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) seja de dezembro de 2009, a liberação dos primeiros empréstimos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsável pela gestão da maior parte dos recursos – que já somam R$ 560 milhões –, só deverá ocorrer em 2013.

Os recursos para o Fundo Clima têm origem na participação especial do petróleo, composta com parte da receita da exploração petrolífera [1]. Do total da participação especial, 10% cabem ao Ministério do Meio Ambiente, que, por sua vez, destina uma parcela de 60% ao Fundo Clima (ou seja, 6% da participação especial do petróleo).

Em 2011, o fundo, gerido pelo MMA, recebeu seu primeiro aporte R$ 230 milhões e, este ano, outros R$ 390 milhões. Esses recursos foram divididos entre duas modalidades de financiamento de projetos: uma não reembolsável, administrada pelo próprio MMA, e outra reembolsável, gerida pelo BNDES. O Comitê Gestor do Fundo Clima, do qual participam representantes do poder público e da sociedade civil, destinou anualmente R$ 60 milhões não reembolsáveis (a fundo perdido) e R$ 560 milhões como empréstimos reembolsáveis em 2011 e 2012.

O objetivo do Fundo Clima é apoiar a PNMC no compromisso assumido voluntariamente pelo Brasil, na Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima, de reduzir em pelo menos 36% as emissões de gases de efeito estufa projetadas até 2020. Não foram criados indicadores para medir a redução de carbono que os projetos apoiados pelo Fundo Clima poderão proporcionar.

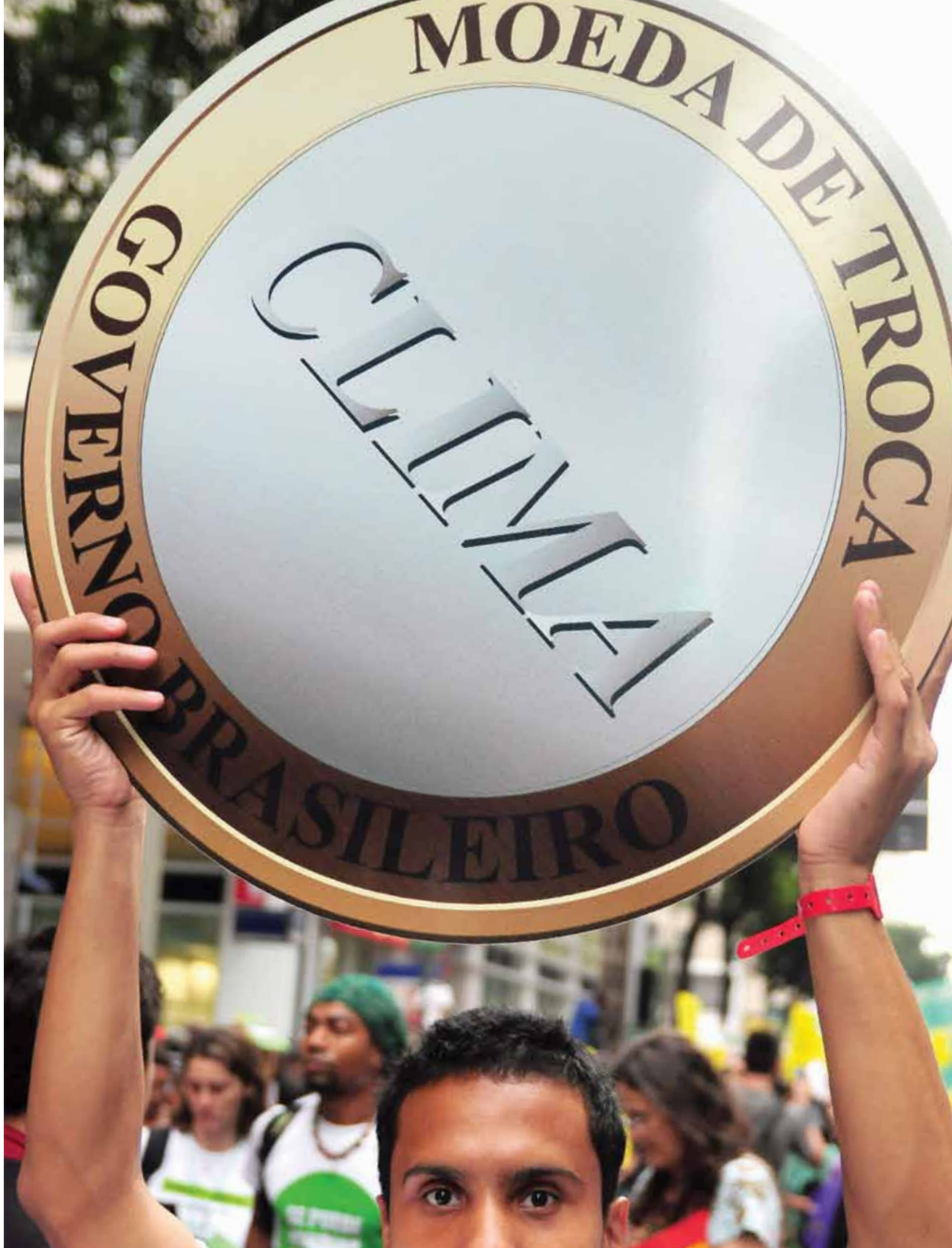
Segundo a diretora de Mudanças Climáticas do ministério, Karen Suassuna, seria inviável fazer essa conta, uma vez que as áreas em que o fundo investe nem sempre implicam abatimento direto em carbono, mas apenas estruturam uma redução futura. "Teríamos de desenvolver um pacote metodológico gigantesco para conseguir auferir quanto de carbono está sendo abatido", justifica.

JUROS ATRAENTES

Em abril deste ano, o BNDES lançou a linha de financiamento do Programa Fundo Clima com atraentes taxas de juros de 2,5% a 5,5% ao ano, classificadas pelo chefe do Departamento de Meio Ambiente do banco, Marcio Macedo Costa, como "as melhores entre as melhores do BNDES". Conforme informou, as primeiras cartas-consulta já começaram a chegar e as empresas candidatas ao financiamento devem, obrigatoriamente, encaixar-se em um dos seguintes subprogramas: modais de transporte eficiente, resíduos sólidos urbanos, energias renováveis, fornos eficientes de carvão vegetal, máquinas e equipamentos eficientes ou combate à desertificação (*mais na versão digital*).

Para o diretor de programas do Greenpeace, Sérgio Leitão, é incompreensível o fato de um país que reclama

[1] **Ver artigo 50 da Lei do Petróleo, lei 9.478/97**



DILLIANY JUSTINO/ IMAGENS DO POVO

não ter dinheiro deixar o Fundo Clima encerrar este ano com quase R$ 600 milhões em caixa sem preencher a carteira de financiamento. Na opinião dele, a falta de percepção dos empresários sobre a conexão direta entre corte nas emissões e aumento na competitividade é um dos motivos da baixa demanda pelos recursos do fundo. Outra razão, aponta Leitão, é o ritual burocrático perverso que o BNDES impõe para a tomada de empréstimo.

O técnico do BNDES não vê sentido na crítica do dirigente do Greenpeace. Segundo Macedo, a regulamentação do fundo saiu em 2010 e o ano passado foi dedicado à sua constituição formal e arquitetura operacional. Quanto à burocracia, ele afirma que a do Fundo Clima é idêntica à das demais linhas de financiamento do banco, já conhecida pelos empresários brasileiros. "Não deixa de ser uma inovação na política pública brasileira um desenho de concessão de crédito para gerar energia renovável proveniente de uma fonte de recursos de energia fóssil."

Entusiasmado com o novo programa, Marcio Macedo crê que o Fundo Clima será o instrumento viabilizador da energia solar térmica e fotovoltaica no Brasil. Para estimular empresários brasileiros a entrar no mercado de placas solares e torná-lo mais competitivo, o Fundo Clima está oferecendo a sua menor taxa de juros, 2,5% ao ano, e um longo prazo para o retorno dos recursos, 15 anos.

Ao contrário do BNDES, o MMA trabalha com linhas orçamentárias da União na gestão dos financiamentos não retornáveis e, portanto, precisa executá-las ao longo do ano. Se, por um lado, isso dá mais agilidade ao fundo, por outro, deixa pouco prazo para que se cumpram os extensos trâmites do governo federal.

Apesar de todos os empecilhos burocráticos no processo de liberação de dinheiro público, no apagar das luzes de 2011 o MMA ainda conseguiu aprovar 23 projetos, a maioria relacionada ao Semiárido brasileiro, empenhando 98% dos recursos não reembolsáveis do Fundo Clima. De acordo com Karen Suassuna, o caminho já não parece mais tão difícil este ano, visto que os principais gargalos foram identificados. (*mais à pág. 6*)

VEJA DETALHES DOS SUBPROGRAMAS NA VERSÃO DIGITAL DESTA REPORTAGEM EM FGV.BR/CES/PAGINA22

Ainda no bê-á-bá?

Setor-chave da economia brasileira e de amplo impacto socioambiental, a agropecuária ainda acessa pouco os recursos disponíveis para a transição à produção de baixo carbono

POR **FÁBIO RODRIGUES**

Podem ser financiados pelo Programa ABC projetos nas seguintes áreas: plantio direto, recuperação de áreas degradadas, integração lavoura-pecuária-floresta, plantio de florestas comerciais, fixação biológica de nitrogênio e tratamento de resíduos animais

Lançado em 2010 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) com muita fanfarra, o **Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC)** teve um começo decepcionante. Para dizer o mínimo. Dos R$ 2 bilhões que o governo federal colocou à disposição em condições superfavoráveis para bancar projetos agropecuários sustentáveis na safra 2010/2011, menos de R$ 60 milhões foram efetivamente contratados em 103 operações. Ao que tudo indica, o programa está tentando virar essa página. Em 25 de junho, o Banco do Brasil – de longe o maior financiador do setor agrícola – divulgou que desembolsos relacionados ao programa haviam ultrapassado a marca de R$ 1 bilhão do total de R$ 3,15 bilhões alocados para a safra 2011/2012, que terminou oficialmente no mês passado.

O diretor do Departamento de Economia Agrícola do ministério, Wilson Vaz Araújo, reconhece que o desempenho inicial foi "tímido". "Aprovamos o Programa ABC em junho de 2010, mas leva um tempo para que uma regulamentação nova chegue até as agências. Ele completinho só deve ter chegado onde precisava em outubro", admite, chamando atenção para a substancial melhora nos resultados. "Entre julho do ano passado e abril de 2012 foram 3.200 operações e prevemos fechar o ano com algo entre R$ 1 bilhão e R$ 1,3 bilhão financiado. O que considero um desempenho satisfatório para um programa que está em seu segundo ano", anima-se.



FRANCISCO VALDEAN / IMAGENS DO POVO

Não basta só colocar dinheiro à disposição. É preciso fazer com que chegue de fato aos agricultores

Embora sejam valores expressivos em termos absolutos, eles são uma parte minúscula de tudo o que o Brasil mobiliza no crédito rural. Nas contas da coordenadora do Programa de Finanças Sustentáveis do GVces, Roberta Simonetti, o plano agrícola disponibilizou R$ 107,2 bilhões para a safra 2011/2012 e acaba de lançar o plano 2012/2013, no valor de R$ 115,2 bilhões. "Os números do Programa ABC ainda são uma porção pequena do total e, além disso, sua utilização ficou aquém do esperado", sintetiza.

Por certo o Programa ABC não é a única linha de crédito do governo federal na qual existem adicionalidades socioambientais. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), também é uma fonte importante de recursos. Segundo o diretor do Departamento de Financiamento e Proteção à Produção Agrícola, João Luiz Guadagnin, o ministério terá R$ 7,7 bilhões para financiar a safra 2012/2013 em propriedades da agricultura familiar. Pelo menos três linhas do Pronaf – Agroecologia, Eco e Floresta – são voltadas para a agricultura sustentável. "A demanda por essas linhas tem crescido", pontua o técnico.

QUESTÃO DE ACESSO

E não basta só colocar mais dinheiro à disposição. Muitas vezes mais complicado é fazer com que ele chegue de fato aos agricultores. É o que diz a pesquisadora do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone), Laura Antoniazzi. "O acesso a esses recursos ainda é muito baixo, porque tanto bancos quanto produtores não conhecem direito as regras desses financiamentos. A questão central é capacitar", explica.

Não se trata de uma mudança pequena nas práticas bancárias. Tradicionalmente tudo o que um banco precisa saber para decidir se vai financiar ou não um negócio é se este consegue gerar caixa o bastante para saldar o empréstimo. No caso das linhas de financiamento ligadas ao ABC, isso já não basta. "É preciso ampliar a análise dos bancos para incluir os riscos e benefícios ambientais dos projetos. Isso é um desafio enorme, pois pressupõe transformá-los em índices quantificáveis", elabora Laura.

Embora certamente seja um fator relevante, ele não é o único gargalo apontado pelo estudo Como avançar no financiamento para uma economia de baixo carbono no Brasil [1]. Recém-finalizado pelo GVces, sob coordenação de Roberta Simonetti, o trabalho mostra que o crescimento do crédito para as práticas do Programa ABC tem esbarrado em outros dois entraves: a falta de uma carteira de garantias e o maior custo operacional desses empréstimos. "Nos financiamentos convencionais, a garantia é a safra ou as máquinas. Já o ABC pode envolver atividades diversificadas, como **integração lavoura-pecuária-floresta**, o que complica desenhar um portfólio de garantias. Outro elemento é que a fiscalização desses projetos precisa ser mais sofisticada, o que aumenta o custo operacional dos bancos", resume o engenheiro José Carlos Pedreira de Freitas, que, como sócio da consultoria especializada em agronegócios Hecta, colaborou com o estudo do setor agropecuário.

COISA DE AMBIENTALISTA

Vale lembrar que o conceito do ABC ainda é novo e que o setor agropecuário não é exatamente conhecido por sua disposição às mudanças. "A comunicação tem falhado. Na média, o produtor rural não tem a menor ideia do que seja esse 'troço'. Eles ainda acham que o ABC é coisa de ambientalista da cidade e que isso só vai trazer mais custo e burocracia para ele", prossegue Pedreira. O que não quer dizer que a desconfiança dos agricultores não possa ser quebrada com o marketing certo. "O **plantio direto** também enfrentou enorme resistência até recentemente. De dez anos para cá houve um verdadeiro salto", completa.

Laura Antoniazzi, do Icone, toca num ponto ainda maltratado nos debates sobre agricultura sustentável: faltam linhas de financiamento que "premiem" com melhores condições de pagamento quem adota práticas ambientais além do que a lei determina. "Muitos produtores reclamam que só recebem punições, mas que não existem incentivos quando eles fazem mais", provoca. P22

[1] A íntegra do estudo está disponível em: goo.gl/tWwjs

SAIBA MAIS DETALHES SOBRE AS MODALIDADES DE PROJETOS FINANCIÁVEIS NA VERSÃO DIGITAL DESTA REPORTAGEM EM FGV.BR/CES/PAGINA22

Ao contrário de propriedades rurais convencionais, que são totalmente dedicadas a uma única atividade, o conceito da Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) busca otimizar o uso do solo por meio da diversificação das atividades agropecuárias realizadas numa mesma propriedade. A prática também aumenta a biodiversidade e controla os processos erosivos

Na agricultura convencional, depois da colheita de cada safra, a terra é limpa e revolvida como preparação para o plantio da próxima safra. O plantio direto advoga que a semeadura seja feita sobre a palha deixada pela cultura anterior. A presença da palha protege o solo contra a erosão



DAVI MARCOS/ IMAGENS DO POVO

Análise de risco

Os bancos que levam em conta critérios de sustentabilidade em suas operações de crédito ainda são minoria, mas uma bela mudança se arma no horizonte

POR **FÁBIO RODRIGUES**

O presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, pegou todo mundo de surpresa ao tornar público que em breve todo o sistema bancário brasileiro passará a ser obrigado a incorporar preceitos de responsabilidade socioambiental em suas operações. A revelação se deu durante uma palestra ministrada como parte do ciclo Brasil Sustentável – O Caminho para o Desenvolvimento, realizada em 13 de junho, como parte da agenda da Rio+20.

Naquele mesmo dia, o BC havia colocado no ar o edital para uma audiência pública que pretende debater dois atos normativos: o primeiro obriga todas as instituições financeiras autorizadas a funcionar no Brasil a elaborarem políticas de responsabilidade socioambiental; o segundo cria regras para a divulgação de relatórios de responsabilidade socioambiental dessas mesmas instituições. Ainda falta chão para que a proposta se consolide – o processo de consulta se estende até setembro –, mas são boas as perspectivas de que o sistema bancário brasileiro terá de passar por uma *senhora* transformação.

PROTOCOLOS E PRINCÍPIOS

As novas regulações não estão chegando a um setor bancário totalmente – com perdão do trocadilho – verde. Há um bom tempo que os bancos flertam com a ideia de incluir critérios socioambientais em seus processos, movimento, aliás, que tem resultado em regras de autorregulamentação, entre as quais se destacam os **Princípios do Equador**, os **Princípios para o Investimento Responsável**, o **Protocolo Verde** e, mais recentemente, a **Declaração do Capital Natural**.

Nada disso está acontecendo por altruísmo. O superintendente de risco socioambiental do Santander, Christopher Wells, diz que há boas razões para ficar de olho se os tomadores de empréstimos estão se comportando bem. "Você consegue detectar uma série de riscos que não apareceria com uma análise simples. Uma fábrica que polui pode até estar ganhando um bom dinheiro no momento, mas pode acabar sendo acionada pelo Ministério Público ou ser atingida por uma campanha negativa de uma ONG que leve a um boicote de consumidores", aponta.

Mas, apesar de encontrarem campo fértil para bons negócios e a multiplicação de iniciativas, as empresas dispostas a incorporar esses princípios em seu dia a dia ainda são uma minoria. O gerente-executivo da Uniethos, Reginaldo Sales Magalhães, fez um levantamento de quantas instituições financeiras no Brasil possuem políticas e relatórios de sustentabilidade. Apresentado durante um *workshop* sobre políticas e práticas socioambientais em instituições financeiras, realizado pelo próprio BC, em dezembro passado, o resultado da pesquisa não foi dos mais animadores. De um total de 210 instituições, só 32 já contam com políticas formalizadas. "Iniciativas como o Protocolo Verde são importantes, mas o número de instituições que estão se autoavaliando é relativamente pequeno", estima.

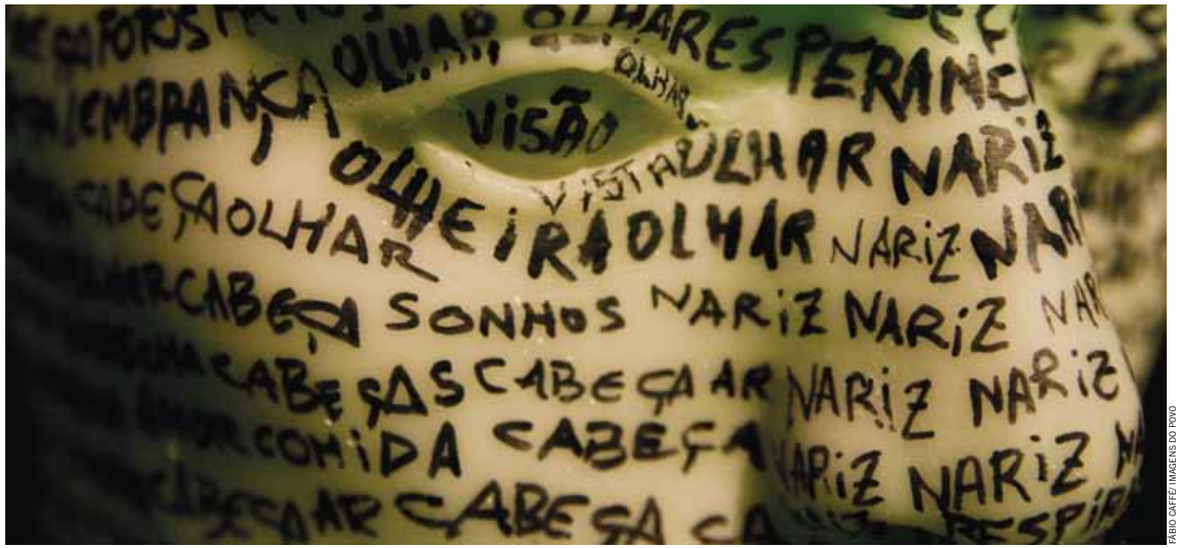
Um alento vem do fato de que a dianteira da iniciativa está sendo tomada, exatamente, pelos maiores bancos nacionais – das 10 maiores empresas, oito estão na lista das "com política" elaborada por Magalhães. "Seguramente temos mais de 80% dos ativos em bancos que possuem políticas de sustentabilidade", garante o pesquisador.

Os Princípios do Equador são uma plataforma para a mensuração e gerenciamento dos riscos sociais e ambientais envolvidos em operações de financiamento de grandes projetos

Estabelecidos em 2005 com chancela das Nações Unidas, trata-se de um conjunto de seis princípios sobre governança socioambiental. Em abril passado, o documento já contava com mais de mil signatários, que, juntos, possuem US$ 30 trilhões em ativos

O compromisso de incluir critérios ambientais no processo de análise e avaliação e priorizar o financiamento de projetos sustentáveis. Foi assinado em 1995 pelos cinco bancos públicos federais – BNDES, Banco do Brasil, Caixa, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia. Em 2009, a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) firmaram uma versão privada do Protocolo

Lançada durante a Rio+20, a declaração estabelece o compromisso de passar a incorporar ativos ambientais (como, por exemplo, água, ar ou solo) na contabilidade das instituições financeiras



FABIO CAFFÉ/ IMAGENS DO POVO

"Há problemas, mas a forma como os bancos olham para os projetos tende a ser diferente", diz Smeraldi

Apesar de as propostas de autorregulamentação não serem perfeitas, o diretor da Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, Roberto Smeraldi, reconhece que elas têm feito diferença. "Podemos considerá-las insuficientes e apontar problemas de implementação, mas a forma como eles [*os bancos*] olham hoje para os projetos tende a ser diferente", explica. Como exemplo, cita o caso da Norte Energia, que precisou recorrer a um dos únicos grandes bancos privados brasileiros a não ter assinado os Princípios do Equador, o BTG Pactual, para conseguir afiançar o empréstimo-ponte do BNDES para Belo Monte.

INICIATIVAS AINDA OPACAS

Um fator que tem sido criticado é a falta de transparência nessas iniciativas. A assessora do Programa de Eco-Finanças, da Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, Oriana Rey, reclama que ainda faltam indicadores padronizados que permitam fazer uma análise mais robusta do desempenho do setor bancário. No fim de 2010, a Febraban elaborou uma Matriz de Indicadores que deveria medir os avanços feitos no contexto do Protocolo Verde, mas os resultados nunca foram divulgados. "Até o momento estamos aguardando a publicação das respostas de cada banco", pontua, lembrando que, ironicamente, a necessidade de mais transparência é um dos princípios consagrados pelo Protocolo Verde [1].

A Febraban não nega que esteja em falta. O diretor de relações institucionais da organização, Mario Sérgio Vasconcelos, informa que, embora os questionários da matriz tenham sido devidamente preenchidos, a divulgação dos resultados acabou sendo feita de forma restrita. "Chegamos à conclusão de que o processo de avaliação se revelou inadequado. Como não previa qualquer segmentação entre os bancos, isso gerou muita inconsistência nos resultados", argumenta. Ainda assim, ele assegura que o Protocolo Verde tem obtido sucesso em avançar uma agenda setorial para o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, os atos do BC devem puxar a "barra" para cima. Segundo o chefe do Departamento de Normas do BC, Sérgio Odilon, as novas regras deverão afetar mais de 2 mil instituições. Nem tudo será igual para todo mundo, cada empresa terá liberdade para desenhar suas próprias políticas seguindo regras de proporcionalidade em relação ao porte e à sofisticação de cada organização. "Cada banco vai desenhar sua política olhando a própria complexidade. O que estamos fazendo é padronizar o mínimo e, se depois os bancos quiserem fazer mais, não tem problema. O que eles não podem é fazer menos", diz.

O objetivo do BC é tornar o sistema como um todo um tanto mais seguro para todo mundo. "Isso faz parte de um processo de solidez e estabilidade do sistema financeiro como um todo", arremata Odilon.

[1] **A íntegra do Protocolo Verde está disponível em: febraban.org.br/protocoloverde**

[RADAR]

Dinheiro, **pra que dinheiro?**

Reformar o sistema monetário – e retirar dos bancos privados comerciais a capacidade de criar dinheiro – teria efeitos benéficos não só para a economia e a sociedade, mas para o meio ambiente **POR FLAVIA PARDINI***



Cinco anos após o início da crise financeira, a pergunta que não cala é como conter seu impacto sobre a economia real. A julgar pela mídia, há duas alternativas: austeridade e cortes em orçamentos públicos ou gastos dos governos para gerar crescimento. Um grupo crescente acredita que nenhuma delas trará alívio e prescreve um remédio para lidar não só com a crise econômico-financeira e seus impactos sociais, mas com a questão ambiental: mudar radicalmente a forma como o dinheiro é criado e aplicado.

Não se trata de regulamentação para evitar os exageros que levaram à bolha hipotecária e seu subsequente estouro, mas de um redesenho do sistema. Por que isso é necessário? A resposta pede outra pergunta: de onde vem o dinheiro?

No imaginário coletivo, dinheiro é criado pelo governo e funciona como meio de troca, unidade contábil e estoque de valor. Nesse cenário, a oferta de dinheiro é um serviço público e não gera lucro. Mas, assim como outros serviços públicos – água, eletricidade, transporte –, a criação de dinheiro foi privatizada.

Estima-se que hoje 3% do dinheiro seja impresso ou cunhado nas casas das moedas. O resto é criado por bancos comerciais privados quando emitem empréstimos. O documentário *97% Owned*, recém-lançado no Reino Unido pela campanha Positive Money [1], relata o processo e defende uma profunda reforma monetária.

Os bancos criam dinheiro graças ao sistema de reservas fracionadas. Quando depositamos, digamos, $ 100 na conta, o banco mantém apenas uma fração desse valor – por exemplo, 10% – e pode emprestar o restante. Alguém recebe o empréstimo de $ 90 e deposita o dinheiro, o que permite que o banco, de novo, retenha 10% e empreste o restante. Ao fim da cadeia, o banco terá criado cerca de $ 1.000 em dinheiro novo – que existe apenas digitalmente –, sobre o qual recebe juros.

No Brasil, o depósito compulsório – a fração que os bancos devem manter em reserva – varia de 20% a 43%, dependendo da conta. O percentual é alto se comparado aos EUA – de zero a 10% – e ao Reino Unido, onde o depósito é voluntário.

Dinheiro criado por esse sistema nada mais é do que dívida. Para avaliar a "saúde" da economia, especialistas observam o PIB ou, como explica o professor da Universidade de Southampton Richard Werner, a quantidade de transações em que o dinheiro troca de mãos. Para que o PIB cresça, é preciso que haja mais transações e, para isso, é necessário criar mais dinheiro – por consequência, dívida.

"Hoje há mais dívida no mundo do que dinheiro", diz o ativista britânico Jem Bendell. Mas falta dinheiro para pagar juros compostos sobre a dívida. O resultado é a contínua emissão de mais dívida para dar conta do serviço da dívida passada. Bendell afirma [2] que, das consequências dessa situação, duas são particularmente perversas.

Uma é que "a desigualdade se torna uma certeza matemática" – poucos controlam a emissão de dinheiro e muitos pagam juros aos primeiros. A segunda é que temos de consumir mais produtos e serviços – ou seja, recursos naturais –, de forma a gerar mais transações.

Só 8% do dinheiro criado pelos bancos é destinado a atividades que geram emprego e renda, diz Simon Dixon, fundador do Bank to the Future [3], rede social que permite que empreendedores e investidores façam transações sem intermediação. O resto é investido onde o lucro é maior – há até pouco tempo, o setor imobiliário. Tal injeção de dinheiro gera crescimento econômico e infla uma bolha destinada a explodir.

Quando vem o estouro, resulta o ciclo inverso, com os bancos relutando em emprestar, a economia sem a injeção de dívida e de crescimento que a movimentava e, consequentemente, uma onda de falência e desemprego. "O desemprego é função do sistema monetário", diz Dixon.

O resumo dessa ópera é que, com 7 bilhões de pessoas no planeta e problemas ambientais agudos, optamos coletivamente por deixar a criação e a alocação de quase a totalidade do dinheiro nas mãos de quem só quer maximizar lucros. É o que Bernard Lietaer [4], especialista em moedas complementares, chama de "monocultura do dinheiro". Ele defende a diversificação e lembra que há cerca de 5 mil inovações monetárias em curso no mundo.

Mudar a forma de criar e alocar o dinheiro é possível – afinal, o sistema monetário é invenção humana. O economista ecológico Herman Daly defende que os bancos não possam emprestar nenhuma fração dos depósitos. A campanha Positive Money vai na mesma linha. E Bendell e Lietaer lembram que há sistemas monetários alternativos – inclusive a polêmica Bitcoin [5] – para servir de base para a reforma.

Tal reforma vai contra os interesses mais poderosos do mundo. Muitos diriam que ela só poderia ocorrer em um mundo movido a conhecimento, em que as pessoas estão diretamente conectadas e a informação flui livremente. Por sorte, vivemos justamente nesse mundo.

* JORNALISTA E FUNDADORA DE PÁGINA22

[1] Assista em positivemoney.org.uk [2] Busque no YouTube "Jem Bendell – The Money Myth" [3] Acesse banktothefuture.com [4] Acesse lietaer.com [5] Saiba o que é em pt.wikipedia.org/wiki/Bitcoin



ROSILENE MILIOTTI / IMAGENS DO POVO

Nada é pra já

A declaração final da Rio+20 adota os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas a definição de temas, metas, indicadores e prazos fica para 2014

POR **JULIANA ARINI** FOTO **AGÊNCIA IMAGENS DO POVO**

Conquistar a adesão dos líderes mundiais a dez objetivos-chave para o desenvolvimento sustentável era uma das grandes esperanças da Rio+20. Eles ficaram conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e partiram de uma proposta do governo da Colômbia apresentada em setembro de 2011 na Assembleia-Geral da ONU. "Quero que os ODS sejam um dos cinco grandes legados da minha administração", chegou a afirmar o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, em um discurso durante as primeiras negociações para a Rio+20, em Nova York. Cinco eixos-chave deveriam guiar a proposta. Seriam eles acesso universal à água; segurança alimentar; transformação urbana em prol de cidades sustentáveis; proteção aos oceanos; e mudanças nos padrões de consumo e modos mais sustentáveis de produção.

O ambicioso projeto virou um importante parágrafo da declaração final da Rio+20. "Reconhecemos a importância e utilidade de um conjunto de objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS, ou SDG, na sigla em inglês) – baseados na Agenda 21 e no Plano de Implementação de Johannesburgo (2010) –, que respeitem plenamente todos os Princípios do Rio, tendo em conta as diferentes circunstâncias nacionais, capacidades e prioridades, e que tenham a interligação das três dimensões do desenvolvimento sustentável. Esses objetivos devem ser coerentes e integrados na Agenda de Desenvolvimento das Nações Unidas para além de 2015", acordaram os 188 chefes de Estado e de governo que assinaram o documento final.

A decisão confirmou o que já se havia debatido sobre os ODS, que serão formulados por um grupo de trabalho a ser constituído em setembro que vem, durante a Assembleia-Geral da ONU. Os ODS deverão ser aprovados antes de 2015, prazo para o cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o pacto que tem como principal finalidade eliminar a fome e a extrema pobreza no planeta até 2015. A partir de 2016, os ODS substituiriam os ODM.

Os ODS são uma aposta para guiar governos e o setor privado na modificação de seus padrões insustentáveis de produção e consumo e para erradicar a pobreza. "Suas metas devem ser simples e claras, para que todos compreendam sua proposta. Não acredito que devemos ter compromissos técnicos, mas sim objetivos amplos que inspirem a humanidade a mudar", afirma Jeffrey Sachs, economista do Earth Institute, da Universidade de Columbia, e um dos principais apoiadores dos ODS. "Precisamos fugir da complexidade, pois é justamente aí que os acordos acabam esquecidos, tal como aconteceu com muitas das discussões da Agenda 21, com suas longas 300 páginas."

Embora sem previsão de metas, a inclusão dos ODS

O movimento pelo fim dos subsídios aos combustíveis fósseis teve 1 milhão de assinaturas pelo mundo, mas foi ignorado pelo governo brasileiro

na declaração O *Futuro Que Queremos* também foi festejada pelo proponente da ideia. "Hoje celebro – e o mundo deve celebrar – que tenhamos aprovado um mandato para estabelecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em áreas críticas do planeta", declarou o presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, em seu discurso perante o plenário da cúpula.

As críticas sobre a omissão do documento final quanto aos temas dos ODS e respectivas metas também pareceram não abalar o governo brasileiro. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, afirmou que a Rio+20 foi um sucesso, principalmente pela conquista dos ODS. "Todas as manchetes do dia seguinte à Eco 92, em 1992, indicavam que aquela conferência também tinha sido um fracasso. Hoje, falam o contrário", diz. "A Rio+20 sinaliza os novos caminhos de debate. Ela manteve os princípios de 92 e marca caminhos que podem guiar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", afirma a ministra.

Apesar do otimismo, duas importantes questões para o sucesso dos ODS acabaram de fora das decisões da Rio+20. A primeira, o fim do subsídio público aos combustíveis fósseis (que passa dos US$ 400 bilhões anuais, chegando a US$ 600 bilhões, a depender de como são calculados), nem sequer foi levada aos chefes de Estado e de governo. Duas organizações não governamentais, a Priceofoil e o Natural Resources Defense Council (NRDC), chegaram a lançar uma campanha para pressionar a presidente Dilma Rousseff a incluir o tema na pauta de discussões. O movimento conseguiu mais de 1 milhão de assinaturas em todo o mundo, mas foi ignorado pelo governo brasileiro.

O grupo propõe que o dinheiro do subsídio seja uma das fontes de financiamento para a transição à economia verde. O que poderia ser um caminho alternativo à mera taxação do carbono ou criação de fundos voluntários, como o de US$ 30 bilhões proposto pelo **G-77** e descartado do texto final da Rio+20.

Grupo que reúne o Brasil e países em desenvolvimento

E O CONSUMO DOS RICOS?

Mudar os padrões de consumo da nossa sociedade foi outro tema ignorado. A discussão até esteve presente nas entrelinhas de muitos discursos, porém ninguém afirmou claramente a necessidade de os ricos consumirem menos, em detrimento da possibilidade de os pobres conquistarem um padrão de vida com mais garantias de bem-estar.

"É ingênuo falar de transição para uma economia de baixo carbono sem debater o quanto ainda resta de espaço para que países como a Índia – altamente dependente de carvão – consigam ter uma matriz energética limpa", diz Ricardo Abramovay, professor titular do Departamento de Economia da FEA-USP. "Os ricos terão de reduzir o seu consumo de recursos naturais. E não dá para pensar que apenas medidas de eficiência vão resolver o problema", diz Abramovay.

Os números comprovam essa evidência. Em 20 anos de evolução tecnológica, as emissões cresceram 41%. O aumento da produção e do consumo foi o responsável por esses números, que acabaram engolindo os maiores ganhos de eficiência da história da humanidade. Segundo Abramovay, de cada dólar hoje produzido, há 21% a menos de emissão do que há 20 anos. "Tivemos um grande ganho de ciência e eficiência, no entanto o consumo aumentou. Mas esse aumento não é só derivado do crescimento das populações e da classe média. Houve um aumento do consumo no geral, principalmente nos países ricos."

Mas a discussão sobre consumo não foi o ponto forte da Rio+20, ao contrário. "Nesse momento, acredito que o único argumento que podemos ter para fazer os ricos consumirem menos são os valores universais", disse Mathis Wackernagel, presidente da Global Footprint, a entidade que faz o cálculo de quanto estamos consumindo de capital natural do planeta com o nosso modo de vida. "Temos que transcender essa discussão de Norte e Sul, e começar a pensar no bem-estar das futuras gerações."

O fim da polarização entre nações ricas e em desenvolvimento também é um argumento de Gro Harlem Brundtland, uma das mentoras do conceito de sustentabilidade, e ex-primeira-ministra da Noruega. "Existem muitos consumidores de uma classe muito rica no Brasil, na África do Sul, na Índia e na China. Eles conseguem consumir mais do que os europeus, por exemplo. E isso deve ser pensado também", afirma Gro. "Esse é um grande desafio. E a resposta deve vir da junção de todas as coisas. Da mudança nos padrões dos ricos, da transformação da indústria em termos de eficiência, não só em seus países originais, como também nas outras nações onde ela atua, e na conscientização dos consumidores – não só os de nações ricas – do impacto de suas decisões no futuro da humanidade, que enfrenta um momento único de escassez dos recursos naturais."

[ANÁLISE]

O sobrepeso humano

A obesidade é emblema dos desafios socioambientais contemporâneos: perseguir a qualidade em vez da quantidade

POR RICARDO ABRAMOVAY*

A existência de 1 bilhão de famintos e o horizonte de crescimento em mais de um terço da população mundial até 2050 parecem levar a uma conclusão óbvia: nada seria mais importante para o sistema agroalimentar que prosseguir no incessante aumento da oferta. Documento recente das Nações Unidas (goo.gl/nF37u), elaborado a partir de entrevistas com dezenas de pesquisadores e líderes setoriais de todo o mundo, insurge-se contra essa aparente evidência. "Estamos buscando o objetivo errado", diz o texto logo em sua introdução.

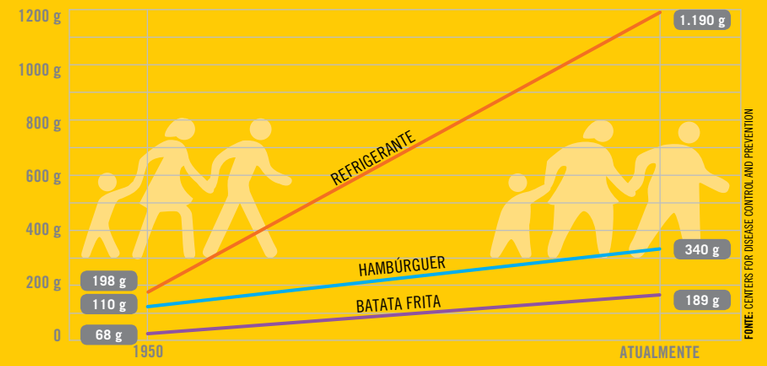
"Pela primeira vez na História, a quantidade de pessoas com sobrepeso e obesidade supera a de desnutridos. São desastrosas as consequências de nossos hábitos dietéticos emergentes para a saúde das pessoas e dos ecossistemas. No entanto, a política agrícola concentra-se em produção e comércio e está curiosamente divorciada das questões vitais da boa nutrição".

O setor agroalimentar é uma espécie de síntese dos grandes desafios da relação entre economia, sociedade e natureza no século XXI. Por um lado, é imprescindível que ele faça mais, permitindo que alimentos de boa qualidade cheguem àqueles que estão em situação de fome ou que têm carências nutricionais. Mas seu desafio mais importante e mais difícil não é este: é fazer melhor e, em muitos casos, fazer menos do que se faz atualmente.

O gráfico mostra que a quantidade de refrigerante servida por refeição nos fast-foods americanos aumentou seis vezes, o hambúrguer tornou-se três vezes maior e a porção de batata frita foi igualmente multiplicada por três de 1950 para cá. Como esse padrão se difunde globalmente, o resultado é uma pandemia de obesidade. Só nos Estados Unidos, um terço da população adulta é obesa. E sempre é bom lembrar que obesidade não é apenas sobrepeso: um indivíduo de um metro e setenta e cinco será considerado obeso caso seu peso vá além de 92 quilos.

Este é um exemplo de duas dimensões centrais dos problemas socioambientais contemporâneos. A primeira refere-se ao

MEDIDA (A)NORMAL VOCÊ SABIA QUE DESDE 1950 AS PESSOAS ENGORDARAM, EM MÉDIA, 11 QUILOS? UM DOS MOTIVOS PARA O AUMENTO DE PESO É O CRESCIMENTO DO TAMANHO DA PORÇÃO ALIMENTAR, QUE PESA ATÉ 4 VEZES MAIS NOS PRATOS AMERICANOS.



fato de que a ampliação desmesurada na oferta de produtos depende do uso predatório e gratuito de serviços ecossistêmicos, cuja oferta encontra-se cada vez mais ameaçada. A consultoria global KPMG calculou os custos ocultos de 11 setores da economia global referentes à emissão de gases-estufa, ao uso de água e à produção de lixo (*acesse o estudo em* goo.gl/DCdqs). Para cada setor esses custos foram comparados aos lucros setoriais. No caso do setor alimentar, corresponderam a nada menos que 284% dos lucros. Globalmente, o setor opera no vermelho. Na raiz da obesidade (e também do desperdício que destina ao lixo de 30% a 40% da produção agropecuária mundial) está o caráter artificialmente barato das calorias servidas de forma cada vez mais abundante. Comida barata resulta muito mais de apropriação predatória e não paga de serviços ecossistêmicos escassos do que de eficiência tecnológica.

A segunda dimensão em que a obesidade sintetiza os problemas socioambientais contemporâneos é que os padrões de consumo a ela subjacentes são formatados de maneira explícita e coordenada pela indústria, sobretudo pela oferta crescente daquilo que Carlos Augusto Monteiro, uma das maiores autoridades mundiais no tema, chama de alimentos ultraprocessados (*acesse* goo.gl/Pdk9k). Seus principais ingredientes tornam-nos ricos em gorduras e pobres em micronutrientes, fibras e outros compostos bioativos. Além disso, eles possuem alta densidade energética, hiperpalatabilidade, são vendidos em porções imensas e apoiam-se em marketing agressivo. Consumir esses alimentos de forma esporádica não traz danos. O problema é que eles se integram à dieta cotidiana e a quantidade de produtos frescos com os quais, às vezes, são servidos é ínfima. Nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha os alimentos ultraprocessados fornecem mais de metade de toda a energia calórica consumida pela população.

Tais produtos não são uma resposta neutra àquilo que os consumidores demandam: sua base é um trabalho industrial e mercadológico de formação da demanda que passa pela moldagem da cultura alimentar e do próprio paladar das pessoas. O pior é que esse padrão vai-se impondo desde a infância, por meio de técnicas mercadológicas eticamente inadmissíveis (e, no entanto, largamente praticadas) como a associação entre comida e brinquedos como forma de atração de crianças para dentro das lojas de fast-food.

* PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA FEA E DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA USP, É AUTOR DE *MUITO ALÉM DA ECONOMIA VERDE*. TWITTER: @ABRAMOVAY

[ÚLTIMA] Frases

Enquanto isso...

Quem acredita que o crescimento econômico exponencial pode continuar para sempre em um mundo finito ou **é um louco ou um economista**. *frase do ativista e economista Kenneth Boulding, citada pelo professor da Universidade de British Columbia William Rees, em slide de sua apresentação*

“Ainda estranho o fato de as pessoas pedirem para me fotografar. **Exóticos são vocês.**”

dispara Ynahyá Potyra, índia tupi-guarani, durante uma caminhada na Cúpula dos Povos

– O documento final será tão raso que deixará escrito: "Nós gostamos de árvores. Algumas. Às vezes."
– **Pois a minha única esperança é o fim do mundo em dezembro**.
diálogo entre jornalistas em uma happy hour, *durante a cobertura da Rio+20*

Professora, para ser ambientalista é preciso ser **vegetariano e revolucionário?** *quer saber a estudante Mariana Lessa, de 12 anos, durante visita à exposição Humanidade, no Forte de Copacabana*

“**Responda rápido:** jogar conversa fora é crime ambiental?”

Tutty Vasques cutuca o senso de humor dos ambientalistas em sua coluna no Estadão, *em 15 de junho*

Excelências, deixe-me ser claro. **A Rio+20 foi um sucesso.** *frase extraída da declaração de Ban Ki-moon à Assembleia-Geral da ONU, sobre os resultados da Conferência*

FSC
PROTEGER ESTÁ NA NOSSA NATUREZA.
A opção por utilizar recursos renováveis é um compromisso da Tetra Pak com o meio ambiente e com as futuras gerações. Atualmente, todo o papel utilizado na fabricação das embalagens cartonadas no Brasil é certificado pelo FSC®, uma organização não governamental independente sem fins lucrativos, que promove o manejo responsável de florestas por todo o mundo.
Além disso, a reciclagem das embalagens gera oportunidades de emprego para diversas pessoas, um benefício para a sociedade e para o meio ambiente. Esse é o círculo da proteção.
Tetra Pak, e PROTEGE O QUE É BOM são marcas registradas pertencentes ao Grupo Tetra Pak.
www.tetrapak.com.br
PROTEGE O QUE É BOM
100% RECICLÁVEL